

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL

2006 - 2007



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA

**A CARREIRA DOCENTE MILITAR NO CONTEXTO DA
REFORMA DO ENSINO SUPERIOR MILITAR**

**JOSÉ RIBEIRO DA SILVA CAMPOS
CMG**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

A CARREIRA DOCENTE MILITAR NO CONTEXTO DA REFORMA DO ENSINO SUPERIOR MILITAR

CMG José Ribeiro da Silva Campos

Trabalho de Investigação Individual CPOG

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES - 2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos quantos tornaram possível a elaboração deste trabalho, designadamente todos os auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2006 – 2007, pelo empenho com que sempre aceitaram discutir estes assuntos, daí resultando conhecimento aprofundado sobre a matéria.

Uma palavra de reconhecimento para o meu orientador, COR ADMAER Luís Manuel Pais de Oliveira, pela sua permanente disponibilidade e apoio sempre dispensados.

ÍNDICE GERAL

Capa	i
Agradecimentos	ii
Índice Geral	iii
Índice de Figuras	vi
Resumo	vii
<i>Abstract</i>	viii
Palavras Chave	ix
Lista de Abreviaturas	x
Capítulo I - INTRODUÇÃO	1
1. Enquadramento genérico	1
a. Objectivo	2
b. Importância do trabalho	3
c. Metodologia utilizada	4
d. Organização e estrutura	4
2. A questão do ensino	5
a. Definição	5
b. Enquadramento legal	7
c. O ensino superior militar	8
d. O ensino superior militar e o ensino superior universitário	9
e. O processo de Bolonha	11
f. A implementação do processo de Bolonha no ensino superior militar	12
3. A questão da carreira. Enquadramento	13
a. Definição	13
b. A carreira militar	15
c. A carreira docente	16

Capítulo II – ANÁLISE	18
1. O processo de Bolonha e a missão dos EMES	18
a. Generalidades	18
b. Análise	18
c. Síntese conclusiva	20
2. A implementação do processo de Bolonha e o modelo de formação	21
a. Enquadramento	21
b. Análise	22
c. Síntese conclusiva	24
3. A docência militar. Carreira ou função?	25
a. Generalidades	25
b. Análise	25
(1) A questão legislativa	25
(2) A questão da carreira	26
(3) A questão da função	28
(4) A questão da gestão	29
c. Síntese conclusiva	29
4. Que perfil de carreira para uma carreira docente militar?	30
a. Generalidades	30
b. A questão da área do conhecimento	31
c. A questão dos quantitativos	32
d. A questão da Universidade das Forças Armadas	33
e. Síntese conclusiva	34
5. Situação nos outros países	35
a. Generalidades	35
b. A situação em Espanha	35
c. A situação nos Estados Unidos	37

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

Capítulo III - CONCLUSÕES	38
Conclusões	38

NOTAS	Notas 1
-------	---------

BIBLIOGRAFIA	Bibliografia 1
--------------	----------------

GLOSSÁRIO	Glossário 1
-----------	-------------

APÊNDICES:

1- Requisitos dos Estabelecimentos de Ensino Superior	App 1
2- Elementos Comparativos do Ensino Superior (2002 / 2005)	App 2
3- Caracterização do Corpo Docente dos EMES (2005)	App 3
4- Requisitos do Ensino Superior Aplicados aos EMES. Comparação	App 4
5- Quadro Comparativo da Formação dos Oficiais	App 5
6- O Processo de Bolonha. Modelos de Formação	App 6
7- Categorias dos Docentes Universitários	App 7
8- Requisitos para a Acreditação	App 8
9- Quadro de Professores (Dec 2005)	App 9
10- Carreira docente Militar	App 10
11- Implementação do Processo de Bolonha em Espanha	App 11
12- Programa Académico de West Point	App 12

ANEXOS:

A- Graus Académicos. Análise do Decreto-Lei N.º 74/2006, 24 de Março ..	A - 1
B- A Declaração de Bolonha. Extratos	B - 1

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – A carreira e as suas interacções	14
Figura 2 – Os modelos de formação do ensino superior	21

RESUMO

Com a realização deste estudo pretende-se, atentas as circunstâncias que caracterizam actualmente o ensino superior militar, avaliar, segundo os critérios de adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade, da pertinência da criação de uma carreira docente militar.

O método utilizado foi baseado na observação documental, procedendo-se a uma análise à legislação em vigor, bem como àquela que, decorrente dos trabalhos resultantes do ex-Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar, se perspectiva para o ensino superior militar, considerando igualmente a evolução que a implementação do processo de Bolonha tem emprestado a esta matéria no contexto nacional.

Tentando perceber qual a situação existente em alguns países, procurou-se conhecer a evolução que o assunto tem conhecido em Espanha e nos Estado-Unidos, os quais reflectem uma aproximação conceptual à questão do ensino superior militar diferente.

Da análise que se levou a efeito, resulta clara a necessidade dos ramos desenvolverem estudos que, sem que percam a especificidade intrínseca a cada um deles, conduzam a uma integração justa, equilibrada e de qualidade, dos estabelecimentos de ensino superior militares no tecido universitário nacional de forma a assegurarem o lugar que lhes é devido na sociedade.

São também tecidas considerações e avançadas algumas conclusões relativas à carreira docente militar e quanto às suas implicações, o que inclui o relacionamento entre os que, sendo militares de carreira e conferindo-lhe uma alta prioridade, se encontram fortemente envolvidos nas questões militares e aqueles que sentem as Forças Armadas como uma extensão dos assuntos *civis* e com o que se designa, na generalidade, como administração pública.

Este estudo permitiu concluir pela desadequabilidade da criação de uma carreira docente militar.

ABSTRACT

This monographic work intends to determine the opportunity and the need to establish a lecturing military career. To achieve such goal, criteria of adequability, affordability and acceptability will be under the scope of this work as well as the circumstances that are ruling the higher education in the armed forces in the present days.

The method used for the present study was based on an empiric approach and in documental observation using the legislation in force as the main reference.

Furthermore, this study also reflects the foreseeable legislation currently under development, by the regenerated former Military High Educational Coordination Council for the military high education, resulting from the contribution given by the Bologna Process to this entire subject in a national context.

In order to understand the situation in some friendly countries, which have a different conceptual approach to the problem, a dedicated look at the evolution that the matter has known in Spain and United States of America, on present days, was done.

From the analyses that were conducted, it seems to be possible to identify the need for the different branches of the armed forces to develop a path that allows the high educational military establishments to be fully integrated in the national university system. This integration should be done in a fair, well-balanced and high quality way in order to hold the place in the community that they deserve.

Finally, considerations and conclusions related to the military career and its implications were established. The relationship between those who joint the armed forces, having a deep involvement and giving high priority to the military affairs, and those who see in the armed forces and its affairs some sort of extension of civilian matters, and what is designated public administration, have been assessed.

This study also concludes by the unadequability of establishing a lecturing military career.

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

PALAVRAS CHAVE

Bolonha

Carreira Docente

Carreira Militar

Doutoramento

Ensino

Formação

Função

Licenciatura

Mestrado

Politécnico

Universidade

NÃO CLASSIFICADO
A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

LISTA DE ABREVIATURAS

AFA	Academia da Força Aérea
AM	Academia Militar
CCESM	Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar
CINAMIL	Centro de Investigação da Academia Militar
CNAVES	Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
DL	Decreto-lei
ECDU	Estatuto da Carreira Docente Universitária
ECTS	European Credit Transfer and Accumulation System
EMES	Estabelecimentos Militares de Ensino Superior
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EN	Escola Naval
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
RJDQES	Regime jurídico do desenvolvimento e da qualidade do ensino superior
MCTES	Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior

Capítulo I - INTRODUÇÃO

1. Enquadramento genérico

“É raro e difícil encontrar em um homem todas as qualidades necessárias a um grande general. O que é mais para desejar, e que imediatamente torna um homem notado é que a inteligência e o saber estejam em equilíbrio com o carácter e a coragem. Se a sua coragem é muito superior ao seu saber, um general tenta realizar coisas que estão além da sua capacidade; e, ao contrário, se o seu carácter e coragem ficam aquém da sua inteligência, ele não tem a força para realizar os seus planos.” (Napoleão, citado por Sousa : 16)

A citação supra encerra em si mesma todas as envolventes que deverão encontrar-se sempre presentes em todos quantos adoptaram a *coisa* militar, nomeadamente naqueles que estão reservados para o exercício de funções de comando, direcção ou chefia. De facto, a importância que é conferida ao ensino e à formação dos oficiais nas componentes comportamental e vocacional é bem evidente na estrutura curricular dos diferentes cursos ministrados nos estabelecimentos militares de ensino superior.

Esta estrutura, que contribui para conferir ao ensino superior militar a devida especificidade tem vindo todavia a ser sujeita a alguns ajustamentos e adaptações, por força da evolução que se tem verificado no âmbito do ensino superior universitário nacional, o qual, desde 1969 ¹, tem conhecido diferentes influências. Contudo, independentemente destes processos, no contexto do quadro legal estabelecido que “regulamenta o relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário português” ², considera-se imperioso que, sem que sejam prevertidos os princípios e as especificidades que caracterizam o sistema de ensino superior militar, seja mantida a observação do princípio de equidade.

O aspecto referido supra é de primordial importância, não só por razões históricas desde sempre presentes no ensino militar, mas também porque a “formação básica dos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas reveste-se de superior importância no contexto nacional pelas exigências específicas de ordem moral, intelectual e física que caracterizam a condição militar” ³.

Daí resulta a necessidade de que o modelo a vigorar no ensino superior militar obedeça, no máximo da extensão possível e desde que tal não se constitua como

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

uma preversão para a formação dos futuros oficiais, aos mesmos princípios e requisitos verificados no ensino superior público.

Neste contexto, importa perspectivar a forma de satisfação dos requisitos gerais dos estabelecimentos do ensino superior, designadamente no que respeita à “Existência de um corpo docente próprio adequado em número e em qualificação à natureza do estabelecimento e aos graus conferidos”⁴, sendo que a possibilidade de criação de uma carreira docente militar tem conhecido, em resultado de alguns (poucos!) estudos, opiniões favoráveis, sem que, pela argumentação apresentada, se possa concluir pela robustez das conclusões avançadas.

É, pois, neste contexto que desenvolveremos o tema proposto.

a. Objectivo

Como o próprio tema indica – “A carreira docente militar no contexto da reforma do ensino superior militar” – pretende-se, com este estudo, efectuar uma análise que, considerando as envolventes que decorrem dos diplomas legais e outras, responda à problemática em presença.

Como nota inicial, atenta a dimensão que o tema encerra e uma vez que o ensino superior militar se caracteriza pela existência de duas modalidades, o universitário e o politécnico, restringiremos a análise do tema ao modelo universitário, sendo que se assume que a solução que vier a ser encontrada para a primeira se verificará necessariamente na segunda. Igualmente, por razões que se prendem com a sua dimensão e por ser aquela em que se coloca com mais acuidade, consideraremos apenas os aspectos relativos à categoria de oficiais.

Por outro lado, tendo presente os princípios vertidos na declaração conjunta dos Ministros da Educação europeus, reunidos em Bolonha a 19 de Junho de 1999, admite-se que a implementação do denominado Processo de Bolonha, sendo um instrumento da reforma do ensino preconizada pelo Estado, se venha a traduzir pela fixação de critérios de grande exigência e rigor, no sentido de, pela melhoria crescente da qualidade dos factores, endógenos e exógenos inerentes a esta problemática, se caminhar para a excelência do ensino superior.

Importa pois verificar em que extensão os Estabelecimentos Militares de Ensino Superior (EMES) acompanharão a evolução preconizada, pelo que poderemos estabelecer como objectivo deste estudo a identificação da necessidade de criação de uma carreira docente militar na sequência do processo de Bolonha.

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

Neste contexto, e na procura da solução à questão colocada, atentas as envolventes subjacentes ao tema proposto, se considera como **questão central** a seguinte: **A implementação do processo de Bolonha no âmbito do ensino superior militar implica a criação de uma carreira docente militar?**

Desta questão central emergem um conjunto de **questões derivadas** às quais se procurará responder, e que são:

- **A implementação do processo de Bolonha pressupõe uma alteração à missão primária dos EMES?**
- **Que modelo de formação a adoptar pelos EMES em resultado da implementação do processo de Bolonha?**
- **A docência militar. Carreira ou função?**
- **Que perfil de carreira para uma carreira docente militar?**

b. A importância do trabalho

Numa altura em que a implementação dos princípios subjacentes ao processo de Bolonha no ensino superior conhece ainda alguma perturbação, na medida em que a rede de ensino superior nacional, universitário e politécnico, não se encontra estabilizada, a necessidade de configurar alguns aspectos respeitantes à sua implementação no ensino superior militar reveste-se de grande importância. De facto, no âmbito do ensino superior militar, o desenvolvimento destes assuntos reveste-se de extrema pertinência, não só pelo impacto na definição de um modelo de ensino superior a implementar no seio das Forças Armadas, mas também para proporcionar aos ramos elementos de gestão de pessoal de elevada importância.

A oportunidade deste estudo justifica-se ainda porque poderá contribuir para a tomada de decisão ao mais alto nível quanto a esta matéria. De resto, para além da questão relativa à criação da designada universidade das Forças Armadas colocada no passado, que estará longe de ser consensual, constata-se ainda a existência de alguma controvérsia relativamente ao exercício da função de docente, enquanto função integrante das competências funcionais estabelecidas no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

Deste modo, ainda que das diversas sessões de trabalho realizadas no âmbito do Conselho Coordenado do Ensino Superior Militar (CCESM) tenha resultado uma proposta de ante-projecto de decreto-lei relativa ao ensino superior militar,

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

considera-se que este estudo se poderá constituir como uma contribuição para o apoio à decisão nesta matéria.

c. Metodologia utilizada

A natureza do tema proposto, bem assim como o seu actual estado, desde logo condicionou a abordagem ao problema, pelo que a metodologia desenvolvida se sustentou sobretudo no método indutivo baseado na observação documental. No pressuposto de que, face ao contexto de desenvolvimento do trabalho, seria de extrema dificuldade identificar o que seria, para a problemática em apreço, uma amostra que proporcionasse uma análise conclusiva, apesar da existência de potenciais entidades proeminentes nesta área, optou-se por não realizar quaisquer entrevistas. Sendo certo que, no actual quadro legal, a possibilidade da existência de uma carreira docente militar não se encontra prevista (a docência é assumida como uma função), procurou-se, admitindo-se que seria possível a alteração legislativa, desenvolver o estudo sobre a criação desta carreira analisando os enquadramentos existentes e avaliando das vantagens e inconvenientes desta solução, na perspectiva do seu contributo para um melhor desempenho das Forças Armadas em geral e dos oficiais em particular.

d. Organização e estrutura

O Trabalho de Investigação Individual observa a estrutura estabelecida pela NEP n.º 218, de 25 de Julho de 2006, sendo composto por: CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO, onde se procede ao *Enquadramento genérico* do tema proposto, identificando-se o *Objectivo* do estudo efectuado, bem assim como a *Importância do trabalho* no momento actual e a *Metodologia utilizada* para o seu desenvolvimento; CAPÍTULO II – ANÁLISE, composto por cinco parágrafos em que se pretende encontrar resposta às questões anteriormente enunciadas e se desenvolve o tema proposto, abordando os aspectos relativos ao presumível impacto do processo de Bolonha na missão dos EMES e no modelo de formação a adoptar, a problemática da docência militar enquanto carreira individualizada ou função militar e o eventual perfil de uma carreira docente militar. Neste capítulo abordar-se-á ainda a situação que se verifica em Espanha e nos Estados Unidos neste âmbito; o trabalho termina com o CAPÍTULO III – CONCLUSÕES.

2. A questão do ensino.

a. Definição

Em termos nacionais o ensino superior “compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”⁵.

No que respeita ao ensino universitário refira-se que este, “[...] orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica”⁶.

Por outro lado, e no que ao ensino politécnico diz respeito, considera-se relevante referir que este “[...] orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais”⁷.

Neste sentido, “de uma maneira simplista, não necessariamente generalizável, poderá dizer-se que, enquanto o ensino universitário encara o *saber* numa perspectiva dominante de elaboração mental de lógica construtiva, o ensino politécnico privilegia a sua aquisição a partir de situações experimentais do *fazer*, em que a exigência qualitativa de *saber-fazer* determina a construção ou consolidação do *saber*” (Simão:74).

Estas definições, que derivam do incontestável princípio constitucional de “liberdade de aprender e ensinar”⁸, encerram em si mesmo algumas vulnerabilidades quando traduzidas na prática, desde logo quando não caracterizam e diferenciam adequadamente as modalidades ensino universitário e ensino politécnico, mas são fundamentais pois contemplam em si mesmo a essência do que as individualiza.

Neste aspecto o modelo em uso, designadamente no Reino Unido, será mais feliz e, porventura menos *penalizador* em termos sociais e profissionais, face aos entendimentos subjacentes, pois a diferença faz-se, fundamentalmente, relativamente ao conteúdo dos cursos⁹ e à qualidade e rigor imprimido pelos

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

diferentes agentes intervenientes, verificando-se um reconhecimento e valorização do *saber fazer* e não, tão somente, do *saber*, como acontece em Portugal.

Parece pois, que o problema estará numa questão de cultura nacional e num certo *obscurantismo intelectual* pois, para o comum dos cidadãos, em Portugal, o que é importante é o grau académico que seja possível ostentar, ainda que os *saberes* científicos, atentos os *curricula*, possam ser questionáveis. A existência de um elevado número de cursos superiores, conferindo diplomas e graus de mestre e/ou doutor em áreas desprovidas do cariz científico tradicional é bem o exemplo dessa situação.

Na tentativa de acautelar, de certo modo, esta situação, foi criado o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), o qual, tendo como missão genérica concretizar a avaliação do sistema de ensino superior, desenvolveria a sua actividade no sentido da avaliação e acompanhamento da “qualidade do desempenho científico e pedagógico das instituições de ensino superior”¹⁰.

Sendo que consideramos esta acção altamente meritória no sentido de reposicionar o ensino superior, a verdade é que o CNAVES, na sequência da promulgação do Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior (RJDQES)¹¹ veio colocar um leque alargado de questões, as quais se traduzem na necessidade de uma clarificação de conceitos quanto à designação dos cursos e definição das áreas científicas obrigatórias e facultativas dos planos de estudos e, também, da duração dos cursos conferentes de graus académicos, preconizando “a realização de estudos relacionados com a composição global do actual sistema nacional de avaliação”¹² e o seu posicionamento nesse sistema.

O processo de Bolonha, que iremos abordar mais à frente, longe de contribuir para clarificar a situação, terá colocado mais interrogações e a imposição de uma nova estrutura curricular, necessariamente bem diferente da actual, não só ajustada aos requisitos de conhecimento de natureza superior, ao saber, mas também aos requisitos do mercado.

Assim, não se conhecendo outros desenvolvimentos, considera-se que o ensino superior se caracteriza por alguma indefinição, quer sob o ponto de vista conceptual, quer estrutural.

b. Enquadramento legal

- (1) O enquadramento legal do ensino superior é assegurado, designadamente, através dos seguintes diplomas:
- Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto - Lei de Bases do Sistema Educativo ¹³.
 - Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro - Regime jurídico do sistema de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior ¹⁴.
 - Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro – Regime jurídico do desenvolvimento e da qualidade do ensino superior ¹⁵.
 - Decreto-lei n.º 74/2006, de 24 de Março – Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior.
- (2) Com a alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, foram consagradas “A criação de condições para que todos os cidadãos possam ter acesso à aprendizagem ao longo da vida, modificando as condições de acesso ao ensino superior para os que nele não ingressaram na idade de referência, atribuindo aos estabelecimentos de ensino superior a responsabilidade pela sua selecção e criando condições para o reconhecimento da experiência profissional; A adopção do modelo de organização do ensino superior em três ciclos; A transição de um sistema de ensino baseado na ideia da transmissão de conhecimentos para um sistema baseado no desenvolvimento de competências; A adopção do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS—European Credit Transfer and Accumulation System), baseado no trabalho dos estudantes” ¹⁶. Este diploma “procede à regulamentação das alterações introduzidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo relativas ao novo modelo de organização do ensino superior no que respeita aos ciclos de estudos e encontra-se estruturado em cinco títulos principais referentes: Aos graus académicos e diplomas do ensino superior; Aos princípios gerais a que se subordina o processo de acreditação; Às regras a aplicar para a reorganização dos cursos em funcionamento; Às regras transitórias a adoptar para a criação de novos ciclos de estudos até à criação e entrada em funcionamento da agência de acreditação” ¹⁷. Refira-se ainda que o disposto neste decreto-lei se aplica a todos os estabelecimentos de ensino

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

superior incluindo os estabelecimentos de ensino superior público militar e policial, sendo que a regulamentação necessária será efectuada através de um diploma próprio¹⁸.

- (3) Do conjunto dos diplomas que regulam o ensino superior relevam, no contexto deste trabalho, pelo conteúdo que lhes é inerente, o que diz respeito ao RJDQES e o dos Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior, mencionados supra.
- (4) Relativamente ao RJDQES evidencia-se: a caracterização das atribuições do Estado e das competências do Governo; identificação dos órgãos que os estabelecimentos de ensino superior, universitário e politécnico, devem integrar na sua estrutura orgânica; requisitos a observar por aqueles estabelecimentos em conformidade com a tabela em App. 1;
- (5) No que respeita ao diploma que estabelece as normas de atribuição dos graus académicos, releva-se que no ensino politécnico são conferidos os graus académicos de licenciado e de mestre, enquanto que no ensino universitário são conferidos os graus académicos de licenciado, mestre e doutor. Um extrato deste diploma encontra-se em anexo A.

c. O ensino superior militar

O ensino superior militar, o qual segundo alguns autores se confunde com a criação em 1525 da “Escola de Vila Viçosa”¹⁹, tem vindo a caracterizar-se por uma saudável independência e autonomia relativamente ao seu *irmão* civil. Em conformidade com outros autores já em “[...]1641, a Lição de Artilharia e Esquadria que se pode considerar o estabelecimento de ensino superior militar mais antigo do nosso país” e mais tarde, “[...] a classe dos Guardas-Marinhas, para cuja formação foi estabelecida em 1796 a Academia Real dos Guardas-Marinhas, [...]” (Ferreira:551), foram consideradas como a pedra basilar do ensino superior militar, o qual se manteve sempre na linha da frente, constituindo-se em muitas ocasiões, como precursor do ensino superior em Portugal. Contudo, a partir da última década do século passado constata-se “[...] haver por parte de alguns universitários e políticos uma preocupação em “enquadrar” o ensino superior militar no ensino superior civil (que aquele nunca deixou de acompanhar), a fim de garantir equivalências para que pudesse ser reconhecido” (Ferreira:553).

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

No seu actual modelo, o ensino superior militar conhece as duas modalidades de ensino: o universitário ²⁰ (a que correspondem a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea) e o politécnico ²¹ (a que correspondem a Escola Superior de Tecnologias Navais, a Escola Superior Politécnica do Exército, Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas, a Escola de Serviço de Saúde Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército - secção de ensino superior). O Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), criado em resultado da fusão dos ex-institutos superiores dos ramos não integra nenhuma das modalidades de ensino que temos vindo a tratar ²². Esse desiderato, todavia, encontra-se previsto no ante-projecto de decreto-lei sobre o ensino superior militar desenvolvido em sede do Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar ²³.

Actualmente, a situação no ensino superior militar caracteriza-se pela procura das condições que satisfaçam integralmente os requisitos dos estabelecimentos de ensino superior universitário, tal como se encontram definidos em termos legais.

Em conformidade com o quadro legal que regula o relacionamento institucional das escolas militares de ensino superior com os estabelecimentos que integram o sistema universitário português “o objectivo essencial dos estabelecimentos de ensino superior militar (EMES) é, através dos cursos neles ministrados, o da formação de oficiais destinados aos quadros permanentes das Forças Armadas, em áreas de conhecimento de interesse para o desempenho das missões específicas de cada ramo” ²⁴. Na prossecução do seu objectivo, os EMES conferem o grau de licenciado, sendo que este é de nível equivalente ao conferido pelas universidades.

d. O ensino superior militar e o ensino superior universitário

Na sequência do que temos vindo a expor considera-se pertinente nesta altura referir que, muito embora os EMES desenvolvam actividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade e disponham de um quadro legal que, de alguma forma os caracteriza como estabelecimentos de ensino superior universitário, a realidade é que “constatamos facilmente que ainda existem diferenças consideráveis entre os EMES e a *Universidade*, apesar da aproximação gradual que se tem efectuado nos últimos anos.” (Borges:492) Essas diferenças, com base na legislação em vigor, apesar da especificidade

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

que lhes é reconhecida, situam-se em duas áreas distintas: a existência de um número de docentes qualificados com o grau de doutor, adequados à natureza dos cursos e graus, nomeadamente para orientar mestrados e doutoramentos e integrar júris de provas de agregação; que desenvolvam actividades relevantes no campo do ensino e da investigação, bem como na criação, difusão e transmissão da cultura.

(1) No que respeita aos docentes

No que concerne a este requisito a análise à tabela relativa à evolução do corpo docente entre 2002 ²⁵ e 2005 ²⁶ (App. 2) permite constatar:

- evolução pouco significativa, no seu conjunto, dos indicadores referentes ao ensino superior militar, sendo todavia de salientar o crescimento de 33% no número de doutorados a tempo integral e também, a pequena melhoria, no geral, dos rácios considerados;
- as diferenças em dimensão, em todos os domínios considerados, entre o ensino superior militar e o ensino superior universitário;

A aplicação do critério de definição de indicadores qualitativos mínimos para a composição do corpo docente avançado em parecer do CNAVES ²⁷ coloca em evidência que, quanto ao requisito do quantitativo de docentes (doutorados e mestrados), o único estabelecimento de ensino superior militar que, considerando apenas os doutorados a tempo integral ou com dedicação exclusiva, ficará ligeiramente aquém do requisitos estabelecido neste âmbito é a Academia da Força Aérea.

Por outro lado, relativamente à adequabilidade “[...] dos docentes à natureza dos cursos e graus [...]” conferidos, releva-se o facto de não existir, na generalidade, uma correspondência entre as áreas científicas dos graus académicos dos docentes e os cursos ministrados pelos diferentes estabelecimentos militares de ensino superior (App. 3). Ainda que seja evidente uma certa concentração em Física e Humanidades nas diferentes áreas da ciência consideradas ²⁸, na verdade, as áreas de especialização identificadas não apresentam, na esmagadora maioria, uma correspondência com áreas específicas de cariz militar. Este aspecto, que se considera que não se encontra em total consonância com o espírito do entendimento da CNAVES ao pretender que os EMES disponham de “um corpo docente próprio adequado [...] à natureza do estabelecimento”,

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

parece ser coerente com a denominação, porventura com as estruturas curriculares, dos cursos dos diferentes EMES. Aliás, tal não se afigura que constitua qualquer obstáculo ao normal desenvolvimento do ensino nos estabelecimentos de ensino superior militar, na medida em que este “... tem como finalidade a habilitação profissional do militar [...]”²⁹.

- (2) Relativamente à actividade desenvolvida no campo da investigação e da criação, difusão e transmissão da cultura

Apesar dos esforços que têm vindo a ser efectuados, evidenciados na publicação de alguns trabalhos de natureza académica, designadamente livros e artigos em revistas de especialidade, e, também, com o desenvolvimento de alguns projectos de cariz científico e da criação do Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL), a situação actual no contexto do ensino superior militar, quando em comparação com a actividade desenvolvida pelas universidades, é realmente modesta.

Em resultado dos trabalhos de recolha de informação efectuados sobre os estudos produzidos e a documentação publicada³⁰, acredita-se que o panorama da investigação e da criação, difusão e transmissão da cultura nas Forças Armadas não apresentará um quadro diferente da realidade nacional a qual se caracteriza por:

“[...]”

- *A deficient articulation between education and research, requiring an improved partition of the workloads of teachers and students, namely regarding the distribution of the academic schedules, but above all, the valorization of post-graduate education and of the research activities in the structure and organization of the universities;*
- *Insufficient support structures, in a way that requests support enlargement, and the adoption of development strategies and flexible approaches for university operation.”*³¹.

e. O processo de Bolonha

O processo de Bolonha, como é conhecido, surge na sequência da declaração de Bolonha, assinada em 19 de Junho de 1999, mais tarde reiterada pela declaração de Praga, de 19 de Maio de 2001, pelos Ministros da Educação da União Europeia, estabelece um conjunto de medidas cujo objectivo se centra

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

no reconhecimento do papel que as Universidades detêm no contexto cultural europeu.

O processo de Bolonha, cuja caracterização genérica se encontra em anexo B está, pois, em fase de franca implementação, tal como se pode deduzir pelas alterações verificadas desde 1999 no quadro legislativo relativo ao ensino superior e a que temos vindo a fazer referência. Contudo, “o mais importante é estabelecer um quadro jurídico flexível” pois “a existência de legislação adequada é certamente uma condição necessária para as reformas a empreender, mas está longe de ser condição suficiente” (Simão: 44).

f. A implementação do processo de Bolonha no ensino superior militar

Na sequência do que temos vindo a desenvolver, tendo também em atenção as superiores orientações produzidas pelos Chefes de Estado-Maior dos Ramos ³², a implementação do processo de Bolonha no ensino superior militar, para além da verificação dos requisitos que se encontram estabelecidos para o ensino superior universitário, implica a concretização dos aspectos anteriormente mencionados. Todavia, a aplicação dos princípios e das finalidades subjacentes ao processo de Bolonha em toda a sua extensão às Forças Armadas, considera-se que encerrará algumas incompatibilidades ³³, designadamente, nos seguintes aspectos:

- Adopção de um sistema baseado em dois ciclos;
- Adopção de um sistema de graus de acessível comparação;
- Promoção da mobilidade;
- Promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade;
- Promoção das necessárias dimensões europeias do ensino superior.

Não iremos desenvolver cada um dos aspectos enunciados, pois considera-se que os mesmos não contribuirão para o objectivo pretendido para este estudo. Todavia, refira-se apenas a questão da necessidade da definição do modelo a adoptar, pois esse aspecto é relevante para o estabelecimento do:

- Grau académico ministrado, o que tem implicações na definição da estrutura curricular, no estabelecimento dos planos de curso e na definição dos requisitos a satisfazer;
- Desenvolvimento da carreira.

Neste âmbito, releva-se que “[...] poderá ser cedo para começar a esboçar caminhos a trilhar na educação castrense dos militares da União. Poderá,

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

porque como está à vista de todos, as políticas económicas, sociais e financeiras resultam ainda de perspetivações nacionais, onde os maiores Estados procuram estabelecer laços de hegemonias e superioridades.” (Fraga:587) e “mais do que uma integração, [...], deve ser insistentemente procurada uma adaptação que, preservando meios e fins e mantendo muitos princípios já adoptados [...], possa melhorar a sua qualidade e capacidade de evolução.” (Carvalho:580)

No entanto, a proposta de ante-projecto de decreto-lei sobre o Ensino Superior Militar ³⁴ vai no sentido da completa integração do ensino superior militar no Processo de Bolonha, ao estabelecer que “Em tudo que não for especificamente regulado pelo presente diploma aplica-se ao ensino superior militar o regime geral relativo ao ensino superior.” (n.º 2 do Artigo 1.º).

3. A questão da carreira. Enquadramento

a. Definição

Etimologicamente a palavra “carreira” tem a sua origem na expressão francesa *carrière* e na italiana *carriera*, baseada no latim *carrus*, que significa “veículo com rodas” ³⁵. No entanto, o significado da palavra veio a evoluir, sendo hoje possível atribuir-lhe muitas definições de entre as quais, talvez uma das mais comuns, será a de “*o curso ou a progressão de um indivíduo durante a vida, ou um certo período da vida*” ³⁶.

Tendo tido origem nos anos anteriores a 1950, fundamentalmente devido aos estudos e trabalhos de Taylor na era da revolução industrial, os aspectos específicos relacionados com os problemas da carreira só conheceram um novo impulso a partir de 1976 com os estudos de Hall, que identificou quatro significados diferentes associados ao conceito de carreira (Caetano:424-425):

- Como desenvolvimento profissional – sequência de promoções no contexto de trabalho, ao longo da actividade profissional do indivíduo, sem que se torne necessária a sua permanência numa só organização ou ocupação;
- Como ocupação profissional – sendo sinónimo de ocupação profissional, pressupõe uma série de movimentos ascendentes ao longo do tempo de trabalho, independentemente da organização em que ocorrem;

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

- Como uma sequência de trabalhos/funções ao longo da vida – corresponde ao percurso profissional de um indivíduo independentemente da ocupação ou promoções obtidas durante o período de trabalho;
- Como uma sequência de experiências profissionais ao longo da vida – representa a vivência subjectiva das actividades que constituem o percurso profissional do indivíduo, compreendendo as mudanças nas aspirações, concepções e atitudes perante a sua vida profissional.

A definição de carreira, cuja representação será a da figura 1 infra, surge, assim, associada a um conjunto de componentes que, sendo transversais às definições acima reproduzidas, se influenciam mutuamente.

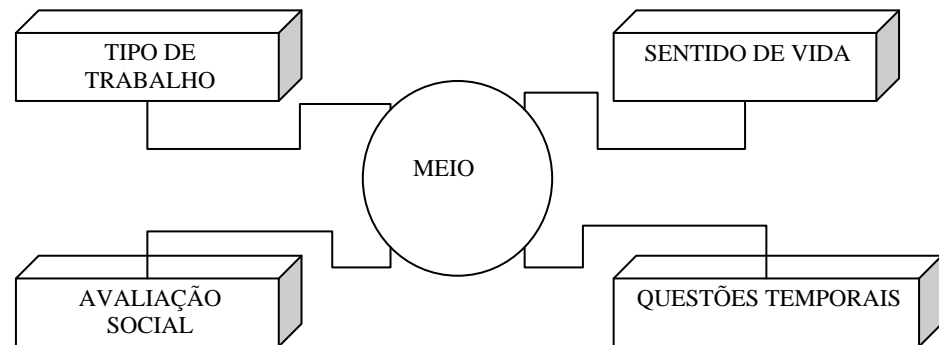


Figura 1 – A carreira e as suas interacções

Nesta representação, as componentes “tipo de trabalho” e “sentido de vida” estão fortemente associadas a questões de identidade e de vocação. No que respeita à “avaliação social”, esta sugere que a carreira de um indivíduo é, também, uma forma de a sociedade medir o sucesso profissional. Finalmente, a última componente reflecte a análise dinâmica dos aspectos, quer subjectivos, quer objectivos, que influenciam as escolhas ocupacionais por parte dos indivíduos.

Neste contexto, porque normalmente associados a processos de promoção ou progressão na carreira, adquirem extrema importância os factores que contribuem para avaliar o sucesso profissional de um indivíduo. Assim, sob o ponto de vista teórico, são considerados três movimentos de carreira:

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

- Movimentos horizontais, em que se verificam alterações no conteúdo do trabalho e na forma como é realizado, à medida que os indivíduos se movem na carreira;
- Movimentos verticais em que o sucesso profissional é medido pelo nível hierárquico alcançado;
- Movimentos internos, traduzidos pelo poder informal que o indivíduo detém no seio da organização;

Outro conceito que se considera oportuno relevar neste âmbito é o que se refere ao “plano de carreira”, o qual se define “como o conjunto de acções programadas que têm por objectivo permitir o desenvolvimento pessoal e profissional de um empregado, de modo a que o mesmo consiga, no médio prazo, atingir o potencial que lhe foi detectado”.

Para finalizar esta abordagem conceptual genérica, acresce referir que, nas modernas organizações, tem vindo gradualmente a ser desenvolvido o conceito de carreira em ziguezague, a qual se traduz em “[...] os profissionais circulam(rem) entre diferentes funções, em movimentos laterais, o que lhes permite ter uma visão mais global do negócio e ganhar novas competências e só muito gradualmente são promovidos”. Deste modo, nos dias de hoje, deverá pensar-se e planear-se “[...] em função de perfis de competências, com especial enfoque nas áreas comportamentais, e as movimentações permitem visualizar crescentemente o profissional não como um «financeiro», um «comercial» ou um «gestor de recursos humanos», mas antes como um quadro com capacidade para se dedicar a um projecto complexo, dirigir uma equipa difícil, conduzir uma negociação chave.” (CÂMARA, Pedro, GUERRA, Paulo, RODRIGUES: 367-369).

b. A carreira militar

A carreira militar - dispõe o artigo 27.º do Estatuto ³⁷ - “é o conjunto hierarquizado de postos, desenvolvidos por categorias, que se concretiza em quadros especiais e a que corresponde o desempenho de cargos e o exercício de funções diferenciadas entre si”. Esta definição encerra todos os “[...] elementos referenciais que, pela configuração, semântica e estrutural, própria dos conceitos e noções utilizados na estruturação da função pública (carreira; categorias; quadros), assumem um significado que não pode deixar de ser compreendido no interior da função pública” ³⁸. Por outro lado, importa ainda

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

referir que “[...] a caracterização jurídica da relação estabelecida entre o Estado e os militares, tem-se por assumida no quadro de uma relação administrativa, que considera as Forças Armadas integradas na Administração Pública (através do Ministério da Defesa Nacional), qualificando-se os militares como trabalhadores do Estado, integrando a função pública”³⁹.

Com a inserção na carreira e respectiva categoria, o militar obtém um determinado posicionamento na «organização», de que decorrem os direitos de exercício das funções correspondentes (e não outras) e de irreversibilidade (impossibilidade de lhe ser atribuída categoria inferior à que detiver em determinado momento), sendo que a requalificação e a reclassificação são reguladas por normas próprias. Mas os militares regem-se igualmente pelo disposto para a condição militar, a qual se caracteriza, entre outros requisitos, “pela subordinação ao interesse nacional; pela permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida; pela permanente disponibilidade para o serviço, ainda que com sacrifícios dos interesses pessoais”⁴⁰. Importa ainda realçar que o desenvolvimento das carreiras militares se orienta pelos seguintes “[...] princípios básicos:

- a) Relevância de valorização da formação militar;
- b) Aproveitamento da capacidade profissional, avaliada em função de competência revelada e de experiência;
- c) Adaptação à inovação e transformação decorrentes do progresso científico, técnico e operacional;
- d) Harmonização das aptidões e interesses individuais com os interesses das Forças Armadas”⁴¹.

c. A carreira docente

Em conformidade com o programa estabelecido pelo governo, e no que diz respeito às carreiras docentes, “o objectivo é estabelecer um único estatuto que acolha perfis docentes diversificados, mas com equivalência no topo da carreira, que premeie o bom desempenho em todas as dimensões da profissão docente e que facilite a mobilidade entre os diversos perfis e instituições, entre carreiras docente e de investigação e entre carreiras académicas e actividades profissionais fora do ensino”⁴².

Por outro lado, estabelece-se ainda que “O Governo é favorável ao desenvolvimento de um sistema de ensino superior orientado para públicos

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

necessariamente diversificados, no âmbito do qual a diversidade e flexibilidade devem ser orientadas a dois níveis, nomeadamente ao nível da especialização e ao nível do desempenho institucional. A coexistência de formações e ambientes de ensino e pesquisa de perfil típico daqueles tradicionalmente associados a universidades e de perfil tradicionalmente associado a politécnicos constitui uma riqueza de que não deveremos abdicar. Mas isso deve ser conseguido garantindo o relacionamento mais estreito entre os subsistemas universitário e politécnico, valorizando a excelência em ambos”⁴³. O diploma que regula a carreira docente universitária delimita “os direitos e obrigações de quantos desejem seguir a carreira docente, compensando o valor do seu trabalho, mas exigindo, ao mesmo tempo, uma dedicação e um esforço permanente em prol da Universidade”⁴⁴. Desse diploma resulta um conjunto específico de normas que regulam em toda a sua extensão as competências das diferentes categorias de pessoal docente, o regime de recrutamento e contratação, bem como o provimento, nomeação e dispensa de pessoal, as formas de prestação de serviço incluindo os aspectos relativos a férias, licenças e dispensas de serviço, e ainda, entre outros, os aspectos relacionados com a realização de concursos e a prestação de provas.

Releva-se a consagração da norma de que “Os docentes de carreira ficam expressamente obrigados ao regime de tempo integral, correspondente à prestação semanal, [...] de um número de horas de serviço igual ao fixado para a generalidade dos funcionários e agentes do Estado. [...], por outro lado, a possibilidade de os professores participarem na execução de projectos de investigação, em termos que melhor se coadunem quer com a imperiosa necessidade da sua ligação a actividades de investigação fundamental e aplicada, quer com a utilidade social que deve estar subjacente a este tipo de acções.”⁴⁵.

No que respeita à modernização das Forças Armadas Portuguesas neste âmbito o governo assume, no seu programa, o imperativo de concretização da “Reforma do Ensino Superior Militar, de modo a garantir a sua excelência e a conseguir uma maior integração e articulação com o processo de Bolonha.”⁴⁶.

Capítulo II - ANÁLISE

1. O processo de Bolonha e a missão dos EMES

a. Generalidades

A realidade que deu origem aos actuais estatutos das EN, AM, e AFA, sendo diferenciada na sua génese, apresenta-se, no que respeita à missão que lhes é cometida, em perfeita sintonia. De facto, da leitura dos respectivos diplomas constata-se uma perfeita concordância com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 48/86, de 13 de Março, o qual estabelece que a EN, a AM e a AFA, designadas por EMES, são estabelecimentos que “desenvolvem actividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade”, sendo que o seu “objectivo essencial é o da formação de oficiais destinados aos quadros permanentes das Forças Armadas, em áreas de conhecimento de interesse para o desempenho das missões específicas de cada ramo”.

Por outro lado, pela leitura do conteúdo da declaração de Bolonha e do diploma que transpõe para o normativo jurídico nacional este processo ⁴⁷, constata-se que ele é aplicável ao ensino superior em sentido lato, pelo que o seu âmbito de aplicação inclui todo o ensino superior quer ele seja o universitário, quer o politécnico.

Refira-se ainda que o ante-projecto de decreto-lei que estabelece o regime jurídico do ensino superior militar vem reconhecer, no seu artigo 11.º, que a EN, a AM e a AFA são estabelecimentos de ensino superior universitário ⁴⁸.

b. Análise

A leitura dos enunciados das *missões* dos diferentes EMES sugere que, existindo a base legal para considerar qualquer um daqueles estabelecimentos como de ensino superior, à luz do processo de Bolonha, não se perspectiva que seja requerido efectuar qualquer alteração à legislação nesse aspecto específico, sendo suficiente observar os requisitos dos estabelecimentos de ensino superior tal como já referidos anteriormente.

Todavia, na medida em que os requisitos a observar traduzem uma certa exigência que é necessário assegurar, afigura-se que o assunto merecerá uma reflexão adicional.

Deste modo, para melhor estudar a problemática em presença e retirar as ilações que se oferecerem, desenvolveu-se a matriz em App. 4, relativamente à qual se constata que:

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

(1) Os requisitos que diferenciam o ensino universitário e o ensino politécnico centram-se em:

- Orientar mestrados e doutoramentos;
- Integrar júris de provas de agregação;
- Criação, difusão e transmissão da cultura.

(2) Os EMES preencherão todos os requisitos relativos ao ensino universitário e ensino politécnico;

Haverá grandes constrangimentos no integral cumprimento dos requisitos relativos ao desenvolvimento de actividades relevantes no campo do ensino e da investigação e os ensinos universitário e politécnico assenta na identificação dos principais elementos definidores que os separam, designadamente:

- a) As diferentes perspectivas perante o saber, nas duas modalidades de ensino;
- b) A natureza da investigação praticada;
- c) O pendor mais teórico ou mais experimental, em um e outro caso, das metodologias de aquisição do saber;
- d) O carácter mais amplo ou mais orientado da formação científica associada;
- e) A relação temporal entre o saber, o fazer e o saber-fazer.” (Simão:67)

Na análise desta problemática afigura-se ainda pertinente trazer à colação os conceitos de ensino universitário e de ensino politécnico tal como derivam do espírito da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, comumente designada por LBSE, n.º 3 e n.º 4 do artigo 11.º, respectivamente. Assim, o *conceito de ensino universitário* releva como sendo o que “orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber, visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica”. Por sua vez, o *conceito de ensino politécnico* encontra-se “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigida à compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar

conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais”.

Os conceitos supra mencionados como que se interligam, sendo que a linha que os distingue se revela como muito ténue. Todavia, ao transpor estes conceitos para a realidade dos cursos tradicionais da EN, AM e AFA, afinal os cursos que são integralmente ministrados naqueles estabelecimentos de ensino superior, constata-se que, até por tudo o que tem vindo a ser referido, se encontram mais próximos do conceito de ensino politécnico. Daqui resultará, porventura, alguma contradição que, no pressuposto da publicação do ante-projecto de decreto-lei sobre o Ensino Superior Militar atrás mencionado, carecerá de alguma clarificação e implicará, para além de um ajustamento dos diplomas dos EMES em apreço, a prática e a adopção de procedimentos em conformidade, com vista ao cabal e integral preenchimento dos requisitos que impendem sobre o ensino superior universitário.

E, neste contexto, assume uma importância capital o reduzido quantitativo em professores civis com graus académico de doutor ou mestre, a tempo integral, existentes nos EMES, factor que, numa perspectiva de autonomia, e assumindo que os parâmetros de exigência estabelecidos pelo CNAVES se manterão, é vital que seja contrariado, melhorando o *rácio* doutor/aluno existente.

c. Síntese conclusiva

Na sequência do referido supra, e colocado o assunto nesta perspectiva, considera-se que os diplomas que legitimam a EN, AM e AFA deverão ser ajustados à situação preconizada no ante-projecto do diploma elaborado pelo CCESM e acima referido, aproveitando para conformar o seu ordenamento com as alterações que derivam dos mais recentes diplomas neste domínio, designadamente nos aspectos relativos à introdução de ECTS e definição de estruturas curriculares. Assim, no sentido de responder à primeira questão derivada - **A implementação do Processo de Bolonha pressupõe uma alteração à missão primária dos EMES?** - julga-se poder afirmar que o processo de Bolonha não influi na missão dos EMES, pelo que a sua implementação não impõe qualquer requisito adicional neste domínio específico, ou seja, a EN, AM e AFA, continuarão a ter como missão primária

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

a formação dos oficiais destinados aos quadros permanentes das Forças Armadas.

2. A implementação do Processo de Bolonha e o modelo de formação

a. Enquadramento

Muito embora a legislação estruturante neste domínio seja única, a verdade é que, na prática, o modelo de formação adoptado pelos ramos no que diz respeito à formação dos oficiais, ainda que com pontos de contacto, não é uniforme, tal como se evidencia no esquema que se encontra em App. 5.

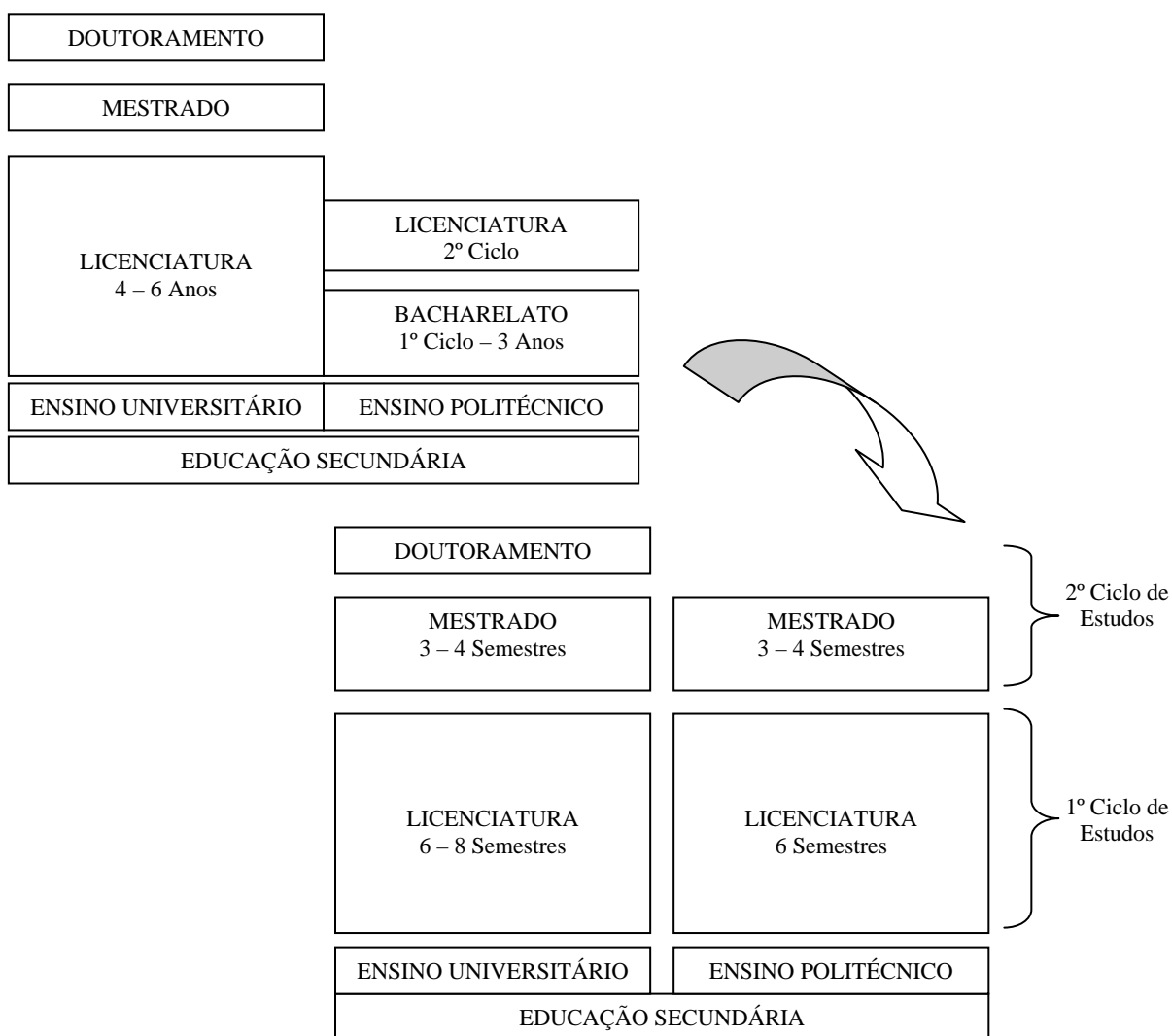


Figura 2 – Os modelos de formação do ensino superior

No que ao processo de Bolonha diz respeito este, ao apontar para quadros de qualificação definidos a partir dos objectivos da formação, através de instrumentos como o ECTS, está a induzir uma nova forma de organização do

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

ensino centrada no formando e nos objectivos da formação. Por outro lado, em conformidade com as alterações introduzidas pela LBSE, tal como se pretende ilustrar na figura 2 supra, o plano de estudos do ensino superior foi substantivamente modificado, daí resultando a necessidade de adequar os actuais modelos de formação. “Há contudo, que evitar a tentação e o perigo de transformar a introdução do ECTS em mera operação de cosmética, entendida como uma simples aritmética de conversão do actual sistema de créditos, [...], ignorando os problemas reais a endereçar.” (Simão:49).

Como elementos de análise relevante nesta problemática evidenciam-se ainda as conclusões do documento de trabalho produzido pelo MCTES de Abril de 2006, de que se reproduz como linhas de acção a desenvolver:

“[...]

- Give priority to the consolidation and re-organization of the system of tertiary education, avoiding further expansion of infrastructures without a serious critical review of the capacity installed;
- Stimulate the diversity and flexibility of the system of higher education, particularly in terms of specialization and institutional performance and guaranteeing a closer relationship between the university and polytechnic sub-systems, valuing excellence in both;
- Create and develop a system of accreditation for all of tertiary education according to international standards;
- Review both the laws regulating the autonomy of the universities and polytechnics and those regulating academic careers, in order to adapt the objectives of higher education to the European space.”

b. Análise

A implementação do processo de Bolonha veio colocar um conjunto de questões relativamente ao sistema de ensino superior, não só porque enumerou um conjunto de normas tendentes à sua uniformização, mas também, porque veio conferir ao ensino politécnico uma maior dignidade e importância, clarificando, em termos conceptuais, a razão da diferença.

Assim, tendo igualmente em atenção o que foi anteriormente referido sobre o assunto, parece que não estaremos longe da interpretação correcta se considerarmos que a diferença entre o ensino universitário e o ensino

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

politécnico, mantendo intocável a sua natureza superior, reside no cariz prático e de preparação para o desempenho de uma profissão, que este último confere. Esta interpretação, estando correcta, vem ao encontro do entendimento de que os cursos tradicionais da EN, AM e AFA se encontram próximos do conceito de ensino politécnico. Todavia, como também anteriormente referido, caso venha a conhecer acolhimento a proposta do ante-projecto de decreto-lei sobre o Ensino Superior Militar apresentada pelo CCESM, o ensino ministrado pelos EMES será enquadrável nos requisitos correspondentes ao ensino superior universitário.

Mas, então, que modelo de formação a adoptar pelos EMES em resultado da implementação do processo de Bolonha?

Em face do enquadramento legislativo actual, afigura-se ser possível identificar os seguintes modelos:

- Modelo “3 + 2” – Corresponde à realização do primeiro ciclo de estudos com seis semestres, imediatamente seguidos da realização de quatro semestres do segundo ciclo;
- Modelo “3 + 2” mod. - Corresponde à realização do primeiro ciclo de estudos com seis semestres, seguidos da realização de quatro semestres no segundo ciclo, em data posterior;
- Modelo “4 + 1” - Corresponde à realização de oito semestres do primeiro ciclo de estudos imediatamente seguidos da realização de três semestres no segundo ciclo;
- Modelo “4 + 1” mod. - Corresponde à realização de oito semestres do primeiro ciclo de estudos seguidos, em data posterior, da realização de três semestres no segundo ciclo;
- Modelo “5 + 0” – Corresponde à realização de dez semestres e é semelhante ao modelo “3 + 2”. A diferença reside em que é desenvolvido de uma forma integrada, ou seja, os primeiro e segundo ciclos de estudos em conjunto. O grau académico que este modelo confere é de mestrado;
- O Modelo “X + 1 + 1” - Corresponde à realização de seis ou oito semestres do primeiro ciclo de estudos em organismo público ou privado seguidos da realização de três/quatro semestres no segundo ciclo, em estabelecimento de ensino superior militar;

Uma descrição mais pormenorizada dos modelos enunciados encontra-se no App. 6. O último modelo, que se considera fortemente afirmativo da especificidade da formação requerida pelos militares, apresenta algumas vantagens, das quais a principal se traduz, por um lado, na sua total abertura para o exterior, com reflexos positivos na redução da despesa e na existência de uma base comum, igual à dos restantes alunos universitários, e por outro, no estabelecimento de afinidades e relacionamentos pessoais que normalmente perduram, facilitando a aproximação entre civis e militares. Este modelo encerra, contudo, algumas vulnerabilidades, pois afigura-se redutor quanto ao estatuto dos EMES, quando em comparação com o que acontece actualmente, para além de se encontrar fortemente condicionado pelo mercado. Um desenvolvimento mais elaborado deste modelo, com a consequente identificação das vulnerabilidades e potencialidades, bem como a estrutura de carreira que acarreta, o que se afigura não caber neste trabalho, passará necessariamente por sujeitá-lo a técnicas de análise operacional, não se considerando, contudo, despidendo rejeitá-lo *ab initio*.

c. Síntese conclusiva

O entendimento que resulta da análise desenvolvida é que os modelos de formação elencados não apresentam, em geral, uma relação próxima com a carreira docente militar, objecto primeiro deste estudo. De facto, a maioria dos modelos apresentados constituem-se como modelos de continuidade, pelo que não contribuem de forma significativa para a solução do tema proposto. Relativamente ao modelo apresentado em último lugar, considera-se que é marcadamente profissionalizante e que, em face dos contornos apresentados, ao reduzir a intervenção dos EMES na formação dos militares, estará a retirar espaço para a existência de qualquer carreira docente militar. Esta análise também permite concluir que, embora possa ser identificada alguma vantagem pelo facto de as promoções em oficial subalterno manterem o entendimento actual, os modelos em si são independentes e prefiguram conteúdos curriculares distintos. Esta conclusão, aplicada aos EMES, implica o reconhecimento de que o modelo a adoptar em resultado da implementação do processo de Bolonha não terá que ser necessariamente o mesmo em todos os ramos. De resto, a mais valia obtida com a análise efectuada resulta na

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

percepção de que a problemática dos modelos de formação inicial não deverá ser considerada de forma isolada, dissociada do modelo global de formação dos oficiais onde se inclui a formação de carreira. As Forças Armadas há muito que aplicam o conceito de aprendizagem ao longo da vida, pelo que prosseguir na linha de análises sectoriais representará um passo no sentido da descredibilização do sistema de formação existente. Assim, como resposta à segunda questão derivada – **Que modelo de formação a adoptar pelos EMES em resultado da implementação do processo de Bolonha?** - somos em referir que o modelo a adoptar deverá, sujeito às disposições legais que conformam a génese do Processo de Bolonha, regular-se por um elevado grau de flexibilidade previligiando assim o sistema integrado de formação, académico e de carreira, dos oficiais.

3. A docência militar. Carreira ou função?

a. Generalidades

Desde longa data que a problemática em apreço tem vindo a ser abordada em diferentes *fora*, designadamente no contexto militar. A própria legislação existente é propícia a algum (des)entendimento e o facto de o ensino e a formação militares se regerem por princípios e obedecerem a outras normas, que não apenas as usuais nas instituições de ensino e formação em geral, tem colocado alguns desafios na procura de soluções que, por força da especificidade da *coisa* militar, concorram para assegurar a satisfação das necessidades e a continuidade da instituição militar.

b. Análise

(1) A questão da legislação

Como norma geral, o ensino superior exige que a docência das disciplinas dos cursos de licenciatura seja efectuada por pessoal habilitado com os graus de doutor ou de mestre, bem como por licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica ⁴⁹. No entanto, esta norma pode ser ultrapassada, pois o mesmo articulado permite que poderão “ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas”. Como a legislação em vigor não prevê os critérios ou normas que sirvam de orientação para efectuar o

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

reconhecimento das qualificações das individualidades, infere-se daqui a introdução de um factor discricionário com alguma relevância.

Este aspecto, contudo, reveste-se de plena oportunidade, na medida em que legislação mais recente em vigor estabelece ⁵⁰, complementando a norma anterior, que:

“o grau de licenciado numa determinada área de formação só pode ser conferido pelos estabelecimentos de ensino superior que:

- Disponham de um corpo docente próprio, qualificado na área em causa e adequado em número, cuja maioria seja constituída por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional;
- Disponham dos recursos humanos e materiais indispensáveis a garantir o nível e a qualidade da formação adquirida.”

No âmbito da instituição militar, os diferentes estatutos dos EMES contemplam normas que acolhem o formato acima mencionado, sendo esta modalidade muito utilizada, designadamente para áreas de ensino de cariz técnico profissional.

(2) A questão da carreira

A carreira militar, tal como se encontra definida no EMFAR, ainda que teoricamente enquadrada pelos princípios e conceitos característicos de uma gestão de recursos humanos actual e moderna, reveste-se de uma especificidade que a torna única e que se encontra estabelecida nas Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar - Lei n.º 11/89, de 1 de Julho. Por outro lado, as Forças Armadas estão hoje integradas na Administração Pública, qualificando-se os militares como trabalhadores do Estado, integrando a função pública, pelo que pode verificar-se a tentação de serem efectuados alguns paralelismos com outras carreiras características de outras profissões. Este entendimento, que conhece uma aceitação *latu sensus*, numa perspectiva restrita não acautela o exercício da autoridade do Estado, abrangendo todos os que são envolvidos na preparação de textos jurídicos, sua aplicação e controlo da respectiva observância, bem como a supervisão de organismos subordinados (juízes, militares, administração financeira e diplomatas).

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

A carreira militar é, assim, em conformidade com o estatuto existente e com a legislação estruturante da organização militar, estabelecida em função do interesse da instituição e em última análise, traduzida na escolha de um militar pelo Chefe do Estado-Maior do respectivo ramo, para o desempenho de cargos de acordo com o posto e classe do militar.

E se a promoção de um militar é da inteira responsabilidade do Chefe de Estado-Maior do respectivo ramo, já a sua colocação em cargos compatíveis com o seu posto e classe ocorre, com muita frequência, sob proposta dos órgãos de gestão de pessoal competentes, ou, quando na posse de competências para o efeito, por sua iniciativa. Mas este aspecto específico denomina-se por gestão de pessoal e ainda que tenha uma relação estreita com a carreira, tal como é comumente entendida, não pode ser confundido com a mesma.

A carreira militar caracteriza-se, assim, dentro da categoria respectiva, por uma progressão nos respectivos postos e, em cada um deles, pelo desempenho de funções, sendo estas compatíveis com o respectivo posto e classe.

No que diz respeito à carreira docente, esta contém muitas das características da carreira militar, sendo fortemente hierarquizada e desenvolvendo-se verticalmente entre Assistente e Professor conforme se reproduz no App. 7.

A progressão na carreira docente universitária ocorre em função do grau académico obtido e desenvolve-se do seguinte modo: os assistentes são recrutados de entre os assistentes estagiários ou assistentes convidados titulares do grau de mestre, sendo promovidos por um período de seis anos, prorrogáveis por um biénio, findo o qual deverão ter tido aproveitamento em provas de doutoramento. Os professores auxiliares são recrutados de entre os assistentes ou professores auxiliares convidados, com um contrato de duração de cinco anos, findos os quais podem ser recrutados para professores associados, ou por transferência ou prestando provas documentais. Por sua vez, a ascensão a professor catedrático ocorre por transferência ou por concurso documental.

Não sendo de admitir qualquer relacionamento automático entre os postos da carreira militar e categorias da carreira docente, constata-se assim que a

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

progressão na carreira docente universitária se encontra dependente de um conjunto de factores que, sendo significativamente diferentes dos que regulam a progressão na carreira militar, não poderão ser compatibilizados sem que ocorram problemas de equidade e justiça entre os militares. Para além deste aspecto, afigura-se que poderá dar origem a problemas de inversão hierárquica, caso se verifique a existência de oficiais detentores do grau académico de Doutor, hierarquicamente inferiores a outros oficiais detentores do grau de mestre. A confusão ainda se agudizará mais, caso venha a concretizar-se a convergência de possibilidades de a formação inicial dos oficiais e a frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto, tal como proposta em estudo, conferirem o grau de mestre, situação em que um mesmo oficial ficaria “*bi-mestre*”, na mesma área de conhecimento.

(3) A questão da função

A descrição funcional para os diferentes postos, classes e categorias de militares obedece ao que se encontra estabelecido no EMFAR, sendo que para cada uma das funções identificadas se encontram, ou deveriam encontrar, definidos os respectivos perfis profissionais. Afigura-se adequado referir que em termos da organização, nesta coexistem uma estrutura de linha, que a caracteriza, e uma estrutura funcional. Ou seja, releva-se que o exercício de uma qualquer função, como por exemplo a de comando ou direcção, poderá ocorrer, quer ao nível da execução, quer ao nível operacional, quer ainda ao nível do comando, propriamente dito, ainda que se considere a existência de uma estrutura de linha. Este aspecto que, no desenvolvimento da carreira militar se reveste de grande normalidade, é determinante, e baliza qualquer comparação com a função docente. De facto, o exercício da função docente não colhe significativa diferença caso seja desenvolvido por um professor assistente ou um professor catedrático. A diferença estará, porventura, no conteúdo da matéria a ministrar e não tanto no nível ou no que ela representa para a organização.

De resto, exceptuando um conjunto de reduzidas situações, a essência do exercício da função de docente universitário traduz-se no desenvolvimento de actividades de natureza científica com forte ligação à investigação.

(4) A questão da gestão

Sendo, aparentemente, uma situação transversal a todos os EMES, a questão da gestão dos militares que exercem funções de docência exige um cuidado adicional. Entende-se todavia que, relativamente a outras funções, como sejam por exemplo as de comando, não se colocam factores adicionais de exigência no seu preenchimento. O problema estará em que, de uma forma justa e equilibrada, preenchendo os requisitos estabelecidos, sirva os interesses da instituição, satisfazendo em cada momento e na altura adequada, as solicitações em pessoal que se colocam para a consecução da missão. E, se em termos de planeamento de desenvolvimento da carreira há, porventura, aspectos a melhorar, considera-se que não será pelo facto de existir uma carreira docente militar que a gestão será alterada positivamente, pois, se o regime de afectação dos militares envolvidos se pautar por períodos de alternância entre a docência e a actividade própria dos militares prevista no EMFAR, tal contraria a exigência de permanência que caracteriza a carreira docente, remetendo-a para o exercício de uma função.

Acresce ainda referir que, obedecendo a critérios de equidade, outras funções haverá que poderiam ser objecto de uma especificação semelhante à que se encontra em estudo.

Finalmente, assinala-se que a observação dos princípios de uma gestão de carreiras equilibrada e propiciadora de iguais oportunidades, em obediência aos princípios gerais previstos no EMFAR, em quadros de reduzido quantitativos de pessoal, é de grande complexidade e dificuldade, sobretudo nos postos mais elevados em que os quantitativos existentes, são menores.

c. Síntese conclusiva

Tem-se vindo a assistir a alguma diminuição do poder de influência da instituição militar e dos seus elementos, designadamente, ao nível de oficiais com cargos de comando, direcção ou chefia, nas diferentes áreas e sectores da sociedade. Esta constatação reveste-se de tanta ou mais acuidade, na problemática em apreço, quanto, ao invés, o exercício da docência, com especial relevo para a docência do ensino superior, tem conhecido melhorias significativas, se não em condições de trabalho e reconhecimento social, pelo

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

menos em aspectos materiais. Tendo por base os conceitos e definições de carreira em sentido lato, carreira docente e carreira militar, em sentido restrito, como temos vindo a abordar, considera-se que a compatibilização das duas carreiras, sem colocar em causa princípios estruturantes da instituição militar, como a hierarquia e a autoridade, será de todo inviável. Acresce ainda referir que, se for criada uma carreira docente militar e se o regime aplicável for o da carreira docente universitária, estaremos perante uma situação que se configura como contrária ao princípio de igualdade que caracteriza a instituição militar, para além de introduzir um factor adicional de distorsão da carreira.

Finalmente, releva-se que a lógica que preside à progressão da carreira militar é oposta à da carreira docente. De facto, é suposto que um militar à medida que vai sendo promovido vá alargando a sua área de conhecimento, enquanto que um académico, à medida que obtém graus mais elevados reduz essa mesma área, ainda que, num aspecto muito específico, aprofunde a área do conhecimento.

Assim, face ao que antecede, em resposta à terceira questão derivada – **A docência militar. Carreira ou função?** - considera-se que o exercício da função de docência não reunirá as características necessárias, nem as condições, para se autonomizar constituindo-se como carreira.

4. Que perfil de carreira para uma carreira docente militar?

a. Generalidades

Para desenvolver este aspecto do problema, torna-se necessário estabelecer os requisitos em quantitativos globais em todas as categorias da carreira docente e em que áreas das ciências deveria existir essa valência. Neste contexto, importará reflectir relativamente ao entendimento expresso pelo CCESM de que o ensino superior militar justificará a “existência de um corpo docente militar composto por militares de reconhecida experiência e competência profissional”, enquanto que, no respeitante aos professores civis, entende que os “docentes civis integram os respectivos quadros do ramo em que se integra o estabelecimento de ensino, ou o quadro comum de docentes dos estabelecimentos militares de ensino superior”.

b. A questão da área do conhecimento

O modelo porque se rege actualmente o ensino superior universitário no que respeita à atribuição de graus académicos implica a acreditação dos estabelecimentos de ensino e dos planos de cursos, não sendo mais do que “a verificação do preenchimento dos requisitos exigidos para a sua criação e funcionamento” ⁵¹. O diploma anteriormente referido estabelece ainda quais os requisitos que os planos de estudos devem obedecer, os quais pela sua importância se reproduzem em App. 8.

Não sendo os requisitos identificados significativamente diferentes dos requisitos a observar pelos estabelecimentos de ensino superior universitário, já anteriormente referidos, entende-se pois que a principal responsabilidade dos EMES neste aspecto se limita a assegurar “*Um corpo docente próprio, qualificado na área em causa e adequado em número*”. Assim, apesar da conclusão parcial obtida no final do número anterior, importa determinar as áreas científicas ou especialidades em que é essencial que alguns militares sejam detentores de graus académicos adequados.

Numa abordagem empírica, afigura-se adequado considerar se os EMES deverão ser perfeitamente autónomos, sendo o corpo docente constituído exclusivamente por militares, ou, pelo contrário, se deverá existir uma complementaridade entre militares e civis. Quanto à primeira possibilidade, ainda que em termos legais nada obste à sua concretização, não se concorda com a medida pois traduz uma atitude isolacionista, para além de ser questionável, em termos de despesa, a sua eficácia. Assim, afigura-se que a possibilidade enunciada em segundo lugar, aliás contemplada em todos os estatutos dos EMES, constitui-se como a melhor opção. A pergunta que se colocará então será: que distribuição por áreas científicas se deverá verificar?

Em princípio, parece lógico que o ensino em todas as áreas essencialmente científicas ⁵² seja ministrado por professores civis atribuindo as áreas técnico-científicas aos militares. Em nosso entendimento, esta divisão, a ser acolhida, suscita desde logo a seguinte questão: Será que os *curricula* dos cursos ministrados nos EMES, retirando os conteúdos curriculares identificados com as áreas essencialmente científicas, asseguram por si só o nível científico adequado para satisfazer as condições especiais de acreditação previstas na lei?

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

A resposta será: dificilmente! Assim, é essencial que matérias como a História, o Direito, as Ciências Navais e a Cartografia, para nomear apenas algumas, adquiram uma “denominação” militar e um nível científico que, tornando-as únicas, possam constituir-se como áreas de elevada cientificidade e especificidade militar, assegurando deste modo o reconhecimento da comunidade académica e científica nacional.

c. A questão dos quantitativos

Os elementos de informação constantes no App. 9, retirados da lista de Pessoal Docente comunicada nos termos do Decreto-Lei n.º 15/96, de 6 de Março, possibilita estabelecer quais os quantitativos mínimos em professores que, no contexto do actual quadro legislativo, se torna necessário assegurar para satisfazer os requisitos legais estabelecidos.

Com base nos quantitativos encontrados, importa avaliar em que altura da carreira militar é que poderia ocorrer a mudança. A concretização do modelo “3 + 2”, anteriormente caracterizado, pressupõe que o ingresso nos quadros permanentes ocorra com o grau académico de mestre, o que em termos da carreira docente equivale a poder vir a desempenhar as funções de assistente como GMarinha/Alferes ou 2Tenente/Tenente. No pressuposto de que as condições para a apresentação e discussão da tese de doutoramento ⁵³ se encontrarão preenchidas na altura da promoção a oficial superior, então a mudança ocorreria no posto de Capitão-Tenente/Major, altura em que poderia assumir a categoria de professor auxiliar. A promoção a professor associado ocorre nas condições anteriormente descritas após um período de cinco anos, período que, nos termos do artigo 198.º do EMFAR, poderá ser considerado o tempo mínimo de prestação de serviço, pelo que o militar encontrar-se-á na altura da promoção a Capitão-de-Fragata/Tenente-Coronel. Isto quer dizer que o fluxo de uma carreira docente militar, como quadro específico ou ramo de um quadro especial seria, numa aproximação empírica, a validar através de métodos de investigação operacional, como indicado no App. 10. Dos elementos apresentados afigura-se ser possível, entre outros, deduzir os seguintes aspectos:

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

- O período de empenhamento para a obtenção do doutoramento será equivalente ao período que se espera de retorno, exercendo funções de docência;
- Tendo por base os requisitos mínimos dos estabelecimentos de ensino superior universitário e que na promoção a CMG/COR o oficial regressa ao lado militar, o fluxo médio de doutoramentos a efectuar será de um cada quatro anos;
- A continuação da carreira na área da docência fará diminuir o fluxo médio;
- O tempo de dedicação preferencial à função docente e à sua envolvente é cerca de 40% do tempo de prestação de serviço na *coisa* militar

Em face dos elementos obtidos, parece ser de concluir que os contributos que poderão ocorrer pelo facto de se considerar a eventual criação de um corpo docente militar conjunto, ou um quadro comum de docentes civis dos EMES, não são significativos.

d. A questão da Universidade das Forças Armadas

A proposta de criação de uma universidade das Forças Armadas ocorreu em 1999, tendo sido veiculada pelo então Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor Veiga Simão. O projecto foi discutido no seio dos Ramos sem conhecer o desenvolvimento que era esperado pela tutela e o assunto foi esquecido. Só através do Despacho n.º 6817/2002, de 11 de Março, que criava o Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar foi o assunto recuperado, constando do próprio despacho um ante-projecto de decreto-lei de criação da Universidade das Forças Armadas. Com a entrada em funções de um novo Governo e de um novo Ministro da Defesa Nacional, o despacho foi suspenso e o assunto, ainda que discutido em diversas ocasiões e *fora* académico-militares, não conheceu qualquer desenvolvimento até ao momento.

A implementação do processo de Bolonha no âmbito do ensino superior militar veio, de certo modo, colocar o assunto novamente em agenda.

No pressuposto de que os EMES cumprem com os requisitos atinentes à sua designação como estabelecimentos universitários, tal como se encontra definido, releva-se que um dos elementos que caracteriza a orgânica universitária deriva da sua autonomia, não só, e com especial ênfase nos domínios científicos e pedagógico, mas igualmente no plano administrativo-

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

financeiro. Tal facto confere à universidade um “estatuto” de elevado grau de autonomia, o qual se afigura incompatível com a legislação que regula a administração pública, em que se integram as Forças Armadas. Outro factor que importa igualmente referir, por diferenciador da universidade, diz respeito ao poder de direcção e competência disciplinar presentes na estrutura militar, consubstanciado na figura do comandante, o qual detém, nos limites que a lei lhe concede, um poder descricionário que não estará em consonância com a autonomia de que os docentes universitários, em conformidade com o estatuto da carreira docente, gozam nas suas actividades lectivas e de investigação.

Não se colocando em causa que o nível académico mínimo dos oficiais seja a licenciatura, pois assim o exige o seu actual quadro de actuação e o tipo de missões que lhe são atribuídas, considera-se que a necessidade de saber aprender e a necessidade de encontrar soluções inovadoras para os novos problemas que se apresentem, constituirão justificação mais do que adequada para que um oficial não deva ter menos que o grau de licenciatura.

Assim, afigura-se que, do ponto de vista académico, não haverá vantagens em alterar o actual estatuto dos EMES. No entanto, importa avaliar se a eventual constituição da universidade das Forças Armadas, contribui para a implementação de uma carreira docente militar. Neste âmbito, atentos os elementos constantes no App. 10 relativos ao número de doutorados/mestrados quando se consideram os EMES em conjunto, considera-se que a referida universidade tem um efeito contrário ao esperado, pois constata-se uma redução de necessidades globais, a qual deriva das aproximações às unidades efectuadas no cálculo dos respectivos rácios.

e. Síntese conclusiva

Na resposta à quarta questão derivada – **Que perfil de carreira para uma carreira docente militar?** – considera-se que a existência de uma carreira docente militar, com as envolventes atrás desenvolvidas, se afigura de pouca consistência, não só por se considerar que, actualmente, as áreas de índole específica dificilmente reúnem o nível de cientificidade compatível com o desenvolvimento de estudos referentes do grau de mestrado, mas também por se entender que assegurar uma capacidade autónoma, cobrindo todas as áreas das ciências tradicionais, não credibiliza o sistema de ensino superior militar,

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

não contribuindo para o seu reconhecimento por parte da comunidade científica.

Igualmente, no pressuposto da existência de uma carreira docente militar, constata-se que o tempo necessário para atingir a qualificação adequada para ministrar aulas nos EMES, acrescido do tempo de retorno pelo “investimento” efectuado, equivale a cerca de 40% de dedicação à carreira docente, o que exige uma situação de alguma estabilidade. De facto, a sua vivência confinar-se-ia a duas ou três unidades para além de ficar alheio à *coisa militar*, por um largo período de tempo, afigurando-se pertinente questionar se um militar nestas condições não se teria enganado na escolha da carreira.

A questão da universidade das Forças Armadas, no pressuposto de que a instituição militar não pretende assegurar uma capacidade autónoma neste domínio, não se afigura que contribua para justificar uma carreira docente, na medida em que, o número de doutores/mestrados necessários para satisfazer os requisitos mínimos estabelecidos é menor quando considerados os EMES em conjunto.

5. Situação noutros países

a. Generalidades

A abordagem que se pode efectuar ao estudo das situações que se encontram em desenvolvimento em outros países requer, de uma maneira geral, alguns cuidados, na medida em que as políticas seguidas nesses países integram um conjunto de factores de elevada especificidade e reflectem políticas e orientações que terão raízes culturais e fundamentos políticos sólidos, sendo caldeadas pelo *ambiente* do momento. No entanto, o estudo, ou pelo menos o conhecimento, de quais as soluções que alguns países equacionam colocar em prática, poderá contribuir para a completa apreensão do problema que pretendemos resolver. É nesse sentido que este capítulo deve ser entendido.

b. A situação em Espanha

A situação em Espanha, e neste contexto refere-se apenas o que ocorre na marinha, assumindo-se que para os outros ramos a situação será semelhante, não é significativamente diferente da que existe actualmente em Portugal. Assim, a estrutura do ensino na marinha, em conformidade com a *Ley 17/99*

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

del Régimen del Personal de las Fuerzas Armadas, responde aos seguintes critérios, que se transcrevem:

“[...]”

- *El sistema de enseñanza militar, ..., tiene como finalidades la formación integral y la capacitación específica del militar profesional y la permanente actualización de sus conocimientos en los ámbitos operativo, científico, técnico y de gestión de recursos.*
- *La enseñanza militar se configura como un sistema unitario que garantiza la continuidad del proceso educativo, integrado en el sistema educativo general y servido, en su parte fundamental, por la estructura docente del Ministerio de Defensa.”*

Como sistema unitário o ensino e a formação militar compreendem: ensino militar básico; formação de carreira e os *Altos Estudios Militares*.

A obtenção de aprovação no período correspondente ao ensino militar básico, que corresponde à obtenção de um grau equivalente ao do sistema educativo em geral, corresponde o ingresso nos quadros permanentes com o posto de *Alférez de Navío ou Teniente*, numa das seguintes classes: *General, Infantería de Marina, Intendencia, Ingenieros e Especialistas*.

Os quadros dos militares de carreira que existem na Marinha de Espanha são os da respectiva tabela constante do App. 11.

O ensino militar básico que é ministrado na *Escuela Naval Militar*, em Marín, tem uma duração para o quadro de *Escala Superior de Oficiales* de cinco anos, equivalentes a estudos universitários do segundo ciclo, enquanto que para a *Escala de Oficiales* a duração é de três anos, equivalentes a estudos universitários do primeiro ciclo.

A forma de acesso, sendo que este pode ocorrer directamente, com ou sem grau académico prévio, por mudança de classe ou por promoção interna proveniente de outros quadros, e a duração dos cursos de ensino militar básico, correspondem ao respectivo quadro constante no App. 11.

Importa ainda, todavia, ter em atenção a recente informação veiculada pelo reitor da Universidade de Vigo a qual, caso venha a concretizar-se, reflecte uma mudança de orientação no plano do ensino superior militar em Espanha. De acordo com aquela entidade, o Governo Espanhol estaria a preparar um

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

projecto de lei em que a *Escuela Naval* de Marín passaria a ser um centro adstrito daquela universidade, ou à de Santiago de Compostela.

Neste entendimento, a verificar-se a implementação do projecto de diploma referido, as academias militares de Espanha conheceriam uma relação privilegiada com as universidades mais próximas de cada uma delas, vendo reconhecido, no plano civil, a sua formação específica, condição que não se verifica nos dias de hoje.

c. A situação nos Estados Unidos

O estabelecimento de ensino superior militar mais famoso dos Estados Unidos é a Academia Militar de West Point. Aqueles que conseguem a inscrição têm à sua escolha mais de 30 áreas de estudos, incluindo uma dúzia de áreas científicas. Todos recebem, ao finalizar a formação, o grau de “Bachelor of Science”. O *curriculum* essencial é constituído por disciplinas da área das humanidades e ciências e uma “*engineering sequence*” de cinco cursos. Os cadetes são também incentivados a aderir a um programa de preparação física, elemento igualmente fundamental para um aluno ser bem sucedido. A sua preparação militar tem lugar desde o verão anterior ao início do período académico normal. Em App. 12, apresenta-se uma abordagem genérica ao programa académico da academia de West Point.

Relativamente ao desenvolvimento dos estudos na Academia Naval de Annapolis afigura-se ser de realçar que o “*Officer Development Program*” é um programa contínuo de quatro anos e coloca um ênfase especial nos atributos de integridade, honra e respeito mútuo. Cada cadete inicia a sua preparação técnico-militar em paralelo com a académica, a qual inclui cursos em engenharia, ciências, matemáticas, humanidades e ciências sociais. Estes cursos destinam-se a proporcionar uma formação essencial de base, que qualifica o cadete para praticamente qualquer área de carreira na marinha ou nos fuzileiros. Complementarmente a este programa, existe a possibilidade de os alunos mais capazes e altamente motivados, frequentarem cursos de pós-graduação em paralelo. A academia proporciona ainda, numa perspectiva profissional, um treino intensivo em liderança.

CAPÍTULO III – CONCLUSÕES

Conclusões

O enquadramento vigente do sistema de ensino superior confere-lhe a obrigatoriedade de prosseguir objectivos de formação, investigação e prestação de serviço à comunidade. Neste contexto, atento o quadro actual de empenhamento dos militares, a formação académica, humanista e militar dos oficiais, deve ser uma prioridade subordinada a valores e objectivos que se deduzem daquele quadro de referências.

Deste modo, a existência de um corpo docente nos EMES com as qualificações e graus académicos adequados ao propósito genérico supra mencionado, que assegure a resposta às exigências que se colocam constitui-se como um objectivo a alcançar.

A satisfação deste requisito, muitas vezes associado ao entendimento de que a existência de uma carreira docente militar poderia contribuir para conferir maior flexibilidade à gestão de carreiras dos militares, proporcionando a possibilidade de uma saída lateral, ao mesmo tempo que potenciaria a “...qualidade; a credibilidade; o reconhecimento interno e externo, principalmente pela comunidade científica do sistema de ensino; e a manutenção do estatuto social” (LUÍS: 50), constituir-se-ia como uma via alternativa de resolução de eventuais problemas existentes neste domínio. O *momentu* reveste-se de acrescida acuidade na medida em que, em conformidade com o normativo relativo ao ensino superior em vigor, a adaptação aos princípios subjacentes ao Processo de Bolonha terá que se verificar até 2010.

Assim, a análise efectuada, tendo por base uma metodologia baseada no método indutivo suportado na observação documental, centrou-se na procura de respostas que permitissem determinar se **“A implementação do processo de Bolonha no âmbito do ensino superior militar implica a criação de uma carreira docente militar?”**.

Da análise efectuada, poderá concluir-se que:

- a. Quanto ao processo de Bolonha e à missão dos EMES

O trabalho produzido permitiu concluir que a implementação do processo de Bolonha não impõe qualquer alteração à missão dos EMES. De facto, a implementação do processo de Bolonha no âmbito das Forças Armadas constitui-se como uma matéria de grande acuidade e pressupõe que o

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

figurino do modelo de ensino que venha a ser definido seja, por um lado concordante com o que for implementado no âmbito do ensino superior público, e por outro, que assegure a continuidade do ensino e formação básica dos oficiais destinados aos quadros permanentes. Este desiderato, no quadro da legislação actual, impõe a satisfação de um conjunto de requisitos os quais necessariamente terão que ser assegurado pelos EMES para manterem o seu estatuto. No contexto do ensino superior universitário, em contraponto com os requisitos para o ensino superior politécnico, salienta-se a dificuldade na satisfação do requisito relativo ao desenvolvimento de actividades relevantes no campo do ensino e da investigação e criação, difusão e transmissão da cultura.

No conjunto dos requisitos a satisfazer, o que diz respeito ao corpo docente, também assume uma importância primordial, uma vez que os elementos disponíveis apontam para a necessidade de melhorar o rácio doutor/aluno existente.

b. Relativamente ao modelo de formação

O processo de Bolonha caracteriza-se, em traços muito gerais, por uma grande flexibilidade, ao mesmo tempo que coloca uma acentuada tónica na qualidade do ensino ministrado e no trabalho desenvolvido pelo aluno. A integração destes dois elementos, a par de um conjunto de normas tendentes à uniformização do sistema de ensino superior, veio colocar um valor acrescido relativamente à configuração actual. Neste sentido, atento o enquadramento legislativo, a modalidade de ensino a adoptar pelos EMES, poderá assumir qualquer uma das duas modalidades identificadas. Dos modelos de formação apresentados, na maioria caracterizadores de um *continuum* da situação actual, o modelo “X + 1 + 1” é aquele que apresenta características de ruptura e um cariz “profissionalizante”. Contudo, na medida em que se assume como essencialmente politécnico, confere à intervenção dos EMES na formação dos militares uma perspectiva muito específica, sendo por esse factor redutor no que respeita à criação de uma carreira docente militar. A análise efectuada permite igualmente concluir que o modelo a adoptar, em resultado da implementação do processo de Bolonha, não terá que ser necessariamente o mesmo em todos os ramos, sendo que a problemática dos modelos de

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

formação inicial, não deverá ser considerada dissociada do modelo global de formação dos oficiais, onde se inclui a formação de carreira.

c. No que respeita à dicotomia carreira militar vs carreira docente

A problemática subjacente ao exercício da função de docente no contexto da carreira militar tem-se revelado como gerador de alguma polémica. A análise efectuada neste âmbito vai no sentido da incompatibilidade entre as carreiras militar e docente, atendendo à sua especificidade, inserção organizacional e estatuto. De facto, as características próprias da carreira militar, cuja expressão mais elevada se traduz nas bases gerais do estatuto da condição militar, assentam na progressão por postos a que corresponde uma determinada descrição funcional. Por outro lado, tendo em atenção o desenvolvimento estabelecido para a carreira docente e a sua concretização, no seu sentido mais amplo, constata-se a possibilidade de se verificarem inversões de hierarquia, bastando para o efeito que um subordinado seja detentor de um grau académico mais elevado que um superior. Esta possibilidade, a concretizar-se, não deixaria de criar problemas de equidade entre os militares, questionando princípios estruturantes da instituição militar. Neste contexto, releva-se ainda a lógica contraditória entre a progressão na carreira militar e docente, pois a formação de carreira militar, que culmina em Oficial General, é no sentido do alargamento da área de conhecimento, enquanto que na carreira docente o doutoramento reduz e aprofunda a área de conhecimento.

d. Quanto ao perfil da carreira docente militar

Da análise efectuada, considerando o número de professores necessários para satisfazer os requisitos mínimos estabelecidos para o ensino superior, verifica-se que: o fluxo médio de doutoramentos a efectuar será de um cada quatro anos; o tempo de dedicação preferencial à função docente é cerca de 40% do tempo de prestação de serviço (36 anos). Os indicadores encontrados constituir-se-ão como condicionantes à criação de uma carreira docente militar.

Importa também referir que a solução consagrada na legislação e que se encontra igualmente espelhada no ante-projecto de proposta de decreto-lei sobre o Ensino Superior Militar, a qual se considera adequada, equilibrada e que melhor serve os interesses da Forças Armadas, é a da “existência de

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

um corpo docente militar composto por militares de reconhecida experiência e competência profissional” e que os “docentes civis integram os respectivos quadros do ramo em que se integra o estabelecimento de ensino, ou o quadro comum de docentes dos estabelecimentos militares de ensino superior”.

Finalmente a análise efectuada conclui que só dificilmente é que os *curricula* das áreas técnico-militares dos cursos ministrados nos EMES reúnem o grau de cientificidade adequado para o desenvolvimento de formação académica conferente de grau de mestrado ou doutor, satisfazendo, por esta via, as condições especiais de acreditação previstas na lei.

O trabalho contempla ainda uma breve referência à situação que se verifica em Espanha e nos Estados Unidos, sendo de realçar a diferença entre os dois países considerados, designadamente no desenvolvimento da estrutura curricular correspondente ao modelo de formação em vigor. Não se encontrando disponíveis elementos que permitam caracterizar o corpo docente daqueles estabelecimentos de ensino superior militar, a análise evidencia o carácter misto da formação alcançado com o recurso a valências externas.

Longe de ser despiciendo, muito embora não se conheça o grau de aceitabilidade que os estudos mereceram, a referência ao projecto relativo à *Escuela Naval* de Marín em que esta passaria a ser um centro adstrito da Universidade de Vigo, configura uma alteração conceptual significativa na abordagem à problemática relativa ao ensino superior militar.

Face ao que antecede, consideradas as diferentes vertentes de que o assunto se poderá revestir, considera-se ser de concluir que não se encontram reunidos os pressupostos que permitam decidir pela adequabilidade da criação de uma carreira docente militar.

Instituto de Estudos Superiores Militares, 22 de Março de 2007

NOTAS

¹ No ano de 1969 teve lugar a crise académica em Coimbra a qual precedeu a reforma do ensino superior que ocorreu em 1973.

² Preâmbulo do Decreto-lei n.º 48/86, de 13 de Março.

³ idem.

⁴ Artigo 14.º da Lei 1/2003, de 6 de Janeiro – Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior.

⁵ Artigo 11.º da Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo - com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e com as alterações e aditamentos introduzidos pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, republicada e renumerada na sua totalidade em anexo àquele diploma.

⁶ idem.

⁷ idem.

⁸ Artigo 43.º da Constituição da República.

⁹ Relativamente ao R. Unido o ensino superior é normalmente ministrado em universidades. Este ensino superior é baseado sobretudo, em fundamentos teóricos e em investigação, conferindo graus académicos de mestre e doutor. Contrasta com o ensino superior de cariz vocacional. Contudo, a maioria da formação profissional está incluída no ensino superior e a maioria das pós-graduações conferem qualificações fortemente orientadas quer no plano vocacional quer no plano profissional. As disciplinas que podem ser consideradas como de cariz científico são: Matemática, Física, Ciências Naturais, Música (teoria), Economia, Teologia, Humanidades, Sociologia e Direito.

No que respeita ao ensino superior de cariz vocacional, este apresenta uma forte componente teórico-prática sem descuidar os fundamentos teóricos abstractos e desenvolvendo, por vezes, alguma investigação. Ministrado em universidades vocacionais, confere graus académicos profissionais de mestre e doutor. As disciplinas que podem ser consideradas como de cariz vocacional são, entre outras: agricultura, arquitectura, educação, advocacia, saúde, medicina, farmácia, ciência militares.

¹⁰ Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro.

¹¹ Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro.

¹² Parecer n.º 2/2003, de 10 de Abril, publicado no DR da IIª SÉRIE, de 14 de Maio.

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

¹³ Esta lei estabelece o quadro geral do sistema educativo, definindo-o como o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade;

¹⁴ Com esta lei são estabelecidas as bases do sistema de avaliação e acompanhamento das instituições do ensino superior, abrangendo as instituições de ensino superior universitário e de ensino superior politécnico, públicas e não públicas;

¹⁵ Este diploma estabelece os princípios por que se deve orientar o ensino superior, bem como as competências dos diferentes agentes intervenientes no processo e os requisitos que o ensino superior deve observar de forma a garantir a necessária qualidade;

¹⁶ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

¹⁷ idem.

¹⁸ Artigo 2.º do Decreto-lei n.º 47/2006, de 24 de Março. A regulamentação a que aqui se alude, no tocante à área militar, será o produto do trabalho do CCESM.

¹⁹ A “Escola de Vila Viçosa” foi criada pelo 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio, e servia para o ensino das humanidades, da esgrima e da equitação, o que era de “grande vantagem para todos os mancebos que se destinassem à carreira das armas”.

²⁰ Artigo 2.º do Decreto-lei n.º 88/2001, de 23 de Março.

²¹ Artigo 3.º do Decreto-lei n.º 88/2001, de 23 de Março.

²² Decreto-lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro – “O IESM é um estabelecimento de ensino integrado no Ministério da Defesa Nacional e directamente dependente do Ministro da Defesa Nacional” (artigo n.º 1) e “pode igualmente cooperar com estabelecimentos de ensino superior universitário na realização de cursos conducentes à obtenção de graus académicos, nos termos da lei, designadamente nas áreas de estudos estratégicos e de segurança, da informação estratégica, da logística, das relações internacionais e da gestão dos recursos para a defesa.” (artigo n.º 2).

²³ A versão do ante-projecto de Decreto-lei sobre o Ensino Superior Militar resultante da reunião do CCESM de 14 de JUL06 prevê no seu Artigo 9.º, com a epígrafe “Estabelecimentos militares de ensino superior universitário”, que o Instituto de Estudos Superiores Militares, se insere no ensino superior universitário para todos os efeitos legais, sendo o seu regime jurídico fixado em diploma próprio. Esta disposição, contudo, não colheu o consenso entre todos os membros do conselho.

²⁴ Decreto-lei n.º 48/86, de 13 de Março.

²⁵ LUÍS, Major Inf. “CMD” Almeida (2003). Trabalho de Investigação de Longa Duração: “A carreira docente militar; sua necessidade e implicações para o Exército”, p.36.

²⁶ Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Lista de Pessoal Docente ao abrigo do Decreto-lei n.º 15/96, de 6 de Março. Disponível na internet em: <<http://www.rebides.oces.mces.pt>>.

²⁷ “Retomando e aperfeiçoando a sugestão então apresentada, admite-se que, [...] a composição do corpo docente [...] deveria respeitar [...] os seguintes indicadores: a) No ensino universitário: Integrar um número de docentes com grau de doutor ou de mestre, dentre os quais pelo menos um terço são doutores, dado pelo: i) Produto $n \times 1,5$ quando o número de alunos for igual ou inferior a $50 \times n$, sendo n o número de anos curriculares; ii) o valor anterior acrescido de n por cada mais 200 alunos quando o número de alunos for superior a $50 \times n$; [...]”. Parecer 2/2003, de 10 de Abril, da CNAVES.

²⁸ Para as áreas de ciência consideradas identificaram-se as seguintes: Ciências Naturais; Economia; Física; Humanidades; Matemática; Música (teoria); Sociologia; Teologia.

²⁹ Artigo 71.º do Estatuto dos Militares da Forças Armadas.

³⁰ Tendo sido consultados os www.escolanaval.marinha.pt, www.academiamilitar.pt e www.emfa.pt/www/po/afa/, da Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, respectivamente, constata-se a existência de algumas iniciativas no âmbito do I&D de que se destacam: o Projecto “Sistema de Informação para Documentação Cartográfica” financiado pela Fundação para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pelo FEDER, e a realização das “Jornadas do Mar 2006” e as “Jornadas Técnicas de Engenharia Logística Militar”.

³¹ “Tertiary Education in Portugal – A Working Document: Version 1.1 (April 2006)”. Disponível na internet em: <http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Background_Report_on_HE_OECD_Final_10may061.pdf>.

³² Na Marinha a opção é no sentido do modelo “4+1”, em que o segundo ciclo seria frequentado em Segundo-tenente, já depois de um período de embarque. No Exército e Força Aérea a preferência vai para um modelo “4+1 integrado”, sem interrupções, em que os alunos depois da frequência das respectivas academias obteriam o grau de Mestre. Actualmente, as configurações existentes nos diferentes EMES para a frequência dos cursos ministrados é diversa e os ramos têm tido liberdade para estabelecer os planos dos respectivos cursos, recorrendo a convénios com universidades públicas ou privadas.

³³ Atento o contexto internacional actual, considera-se que a interpretação da norma da “mobilidade” prevista no processo de Bolonha, quando aplicada aos militares suscita enormes dúvidas, bem assim como da norma relativa à “cooperação europeia na avaliação da qualidade” quando aplicada às Forças Armadas, para além de não se entender como o ensino superior militar, caracterizado por um forte sentido nacional, pode contribuir para promover as “necessárias dimensões europeias do ensino superior”.

³⁴ A versão do ante-projecto de decreto-lei sobre o Ensino Superior Militar resultante da reunião do CCESM de 14 de JUL06, entregue em sede do Ministério da Defesa Nacional e do qual não se conhece qualquer desenvolvimento até à actualidade, prevê no seu Preâmbulo e no Artigo 14.º com a epígrafe “Cursos” a incorporação da “... nova visão do ensino superior protagonizada pelo Processo de Bolonha ...” e que os EMES “... ministram cursos organizados em ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus e diplomas do ensino superior ...”.

³⁵ < <http://en.wiktionary.org/wiki/career>.

³⁶ The Oxford English Dictionary says one's career is one's "course or progress through life (or a distinct portion of life)". Disponível na internet < <http://en.wikipedia.org/wiki/Career>.

³⁷ Decreto-lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, republicado pelo Decreto-lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, com a alteração introduzidas pelo Decreto-lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro – Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

³⁸ Parecer do Conselho Consultivo da PGR n.º P000032002, de 22-08-2002. Disponível na internet < <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/>.

³⁹ *idem*.

⁴⁰ Artigo 2.º da Lei n.º 11/89, de 1 de Junho - Bases gerais do estatuto da condição militar.

⁴¹ Artigo 11.º *idem*.

⁴² Programa do XVII Governo Constitucional. Disponível na internet < <http://www.portugal.gov.pt/Portal/>.

⁴³ *idem*.

⁴⁴ Preâmbulo do Decreto-lei n.º 448/79, de 13 de Novembro. Estatuto da Carreira Docente Universitária.

⁴⁵ *idem*.

⁴⁶ Programa do XVII Governo Constitucional. Disponível na internet < <http://www.portugal.gov.pt/Portal/>.

⁴⁷ Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto ⁶⁰ Artigo 35.º da Lei 49/2005, de 30 de Agosto.

⁴⁸ Ver nota 34

⁴⁹ Artigo 35.º da Lei 49/2005, de 30 de Agosto.

⁵⁰ Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

⁵¹ Artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

⁵² Consideram-se incluídas nesta designação as áreas de: Matemática, Física, Ciências Naturais, Música (teoria), Economia, Teologia, Humanidades, Sociologia e Direito.

⁵³ Artigos 28.º e ss do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

BIBLIOGRAFIA

Obras Gerais, Obras Específicas e outros Documentos

- BORGES, Tenente-Coronel João Jorge Botelho Vieira (2005). *Subsídios para a Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal*. Revista Militar, n.º 5 – Maio 2005, pp. 465-512
- CAETANO, António e VALA, Jorge, *Gestão de Recursos Humanos*, 2ª Edição, RH Editora, pp. 424-425
- CÂMARA, Pedro, GUERRA, Paulo, RODRIGUES, Joaquim, “HUMANATOR – Recursos Humanos & Sucesso Empresarial” 6ª Edição. D. Quixote, p. 367
- CARVALHO, Coronel Tir Manuel Carlos Teixeira do Rio (2005). *O Ensino Superior Militar e o “Processo de Bolonha”*: Algumas considerações. Revista Militar, n.º 5 – Maio 2005, pp. 577-580
- Constituição da República Portuguesa
- Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar. Ante-Projecto de decreto-lei sobre o Ensino Superior Militar (Reunião do CCESM de 14JUL06)
- Declaração de Bolonha
- Despacho n.º 6817/2002 (2.ª série), do MDN. Publicado no Diário da República IIª Série, de 3 de Abril
- DUARTE, Contra-almirante António Carlos (2001), *A Formação Superior na Marinha*. Anais do Clube Militar Naval OUT a DEZ 2001, pp. 695-720
- FERREIRA, Tenente-Coronel PilAv João José Brandão (2005). *A reestruturação do Ensino Superior Militar; O processo de Bolonha e a Universidade das Forças Armadas*. Revista Militar, n.º 5 – Maio 2005, pp. 549-575
- FRAGA, Coronel Luís Alves da (2005). *Forças Armadas: Uma contradição europeia*. Revista Militar, n.º 5 – Maio 2005, pp. 581-591
- LUÍS, Major INF Almeida, *A carreira docente militar; sua necessidade e implicações para o Exército*, Trabalho de Investigação de Longa Duração (Curso de Estado-Maior 2002-04), IAEM, Volume V/VI, Anuário 2003-2004
- Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Lista de Pessoal Docente ao abrigo do Decreto-lei n.º 15/96, de 6 de Março. Disponível na internet em: <http://www.rebides.oces.mces.pt>

- PAULO, Capitão-de-Fragata Jorge Manuel (2005), *Bolonha e a Escola Naval*. Revista Militar, n.º 5 – Maio 2005, pp. 513-531
- Parecer 2/2003, de 10 de Abril da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior. Diário da República IIª Série, de 14 de Maio de 2003
- Parecer do Conselho Consultivo da PGR n.º P000032002, de 22-08-2002. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/pgrp.nsf/>
- Programa do XVII Governo Constitucional. Disponível na internet <http://www.portugal.gov.pt/Portal/>
- SIMÃO, José Veiga, SANTOS, Sérgio, COSTA, António, *AMBIÇÃO PARA A EXCELENCIA, A oportunidade de Bolonha*, Gradiva – Publicações L.^{da} 2005
- SOUSA, Vice-almirante Alfredo Botelho de. *Os Factores Imponderáveis da Guerra*. Colecção Documentos N.º 2, Ministério da Marinha, 1970, 16.
- “Tertiary Education in Portugal – A Working Document: Version 1.1 (April 2006)”. Disponível na internet em: <http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Background_Report_on_HE_OECD_Final_10may061.pdf

Legislação

- Decreto-lei n.º 27/78, de 27 de Janeiro
- Decreto-lei n.º 448/79, de 13 de Novembro
- Decreto Regulamentar n.º 22/86, de 11 de Julho
- Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro
- Decreto-lei n.º 48/86, de 13 de Março
- Decreto-lei n.º 302/88, de 2 de Setembro
- Lei n.º 11/89, de 1 de Junho
- Decreto Regulamentar n.º 4/94, de 18 de Fevereiro
- Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro
- Decreto-lei n.º 300/94, de 16 de Dezembro
- Decreto-lei n.º 248/96, de 24 de Dezembro
- Decreto-lei n.º 255/96, de 27 de Dezembro
- Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro
- Decreto-lei n.º 205/98, de 11 de Julho

- Decreto-lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, republicado pelo Decreto-lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro
- Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro
- Decreto-lei n.º 312/99, de 10 de Agosto
- Decreto-lei n.º 88/2001, de 23 de Março
- Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro
- Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto
- Decreto-lei n.º 161/2005, de 22 de Setembro
- Decreto-lei n.º 47/2006, de 24 de Março
- Decreto-lei n.º 74/2006, de 24 de Março

Sites Electrónicos

- <http://www.escolanaval.marinha.pt>
- <http://www.academiamilitar.pt>
- <http://www.emfa.pt>
- <http://www.po.afa>
- <http://en.wiktionary.org/wiki/career>
- <http://www.jornaldefesa.com.pt>
- <http://www.farodevigo.es>
- <http://usna.edu/>
- <http://www.princetonreview.com/>
- <http://www.dean.usma.edu/>
- <http://www.armada.mde.es/>

GLOSSÁRIO

Carreira	<i>One's career is one's "course or progress through life (or a distinct portion of life)". Today, the word is often construed as pertaining mainly or even only to one's remunerative work. A career is traditionally seen as a course of successive situations that make up a person's worklife. One can have a sporting career or a musical career, but most frequently "career" in the 20th century referenced the series of jobs or positions by which one earned one's money. (The Oxford English Dictionary)</i>
Carreira Docente	Princípios gerais das carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da professores educação: 1 - Os educadores, e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais; 2 - A progressão na carreira deve estar ligado à avaliação, de toda a actividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas; 3 - Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior. (Art. 36.º Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro)
Carreira Militar	A carreira militar é o conjunto hierarquizado de postos, desenvolvida por categorias, que se concretiza em quadros especiais e a que corresponde o desempenho de cargos e o exercício de funções diferenciadas entre si. (Art. 27.º do Dec.-lei n.º 236/99, 25 Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2000, 23 Agosto, republicado pelo Dec.-lei n.º 197-A/2003, 30 Agosto, com a alteração introduzidas pelo Dec.-lei n.º 166/2005, 23 Setembro – EMFAR)

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

Dedicação exclusiva	Consideram-se em regime de dedicação exclusiva os docentes “em regime de tempo integral, que declarem renunciar ao exercício de qualquer função ou actividade remunerada, pública ou privada, incluindo o exercício de profissão liberal (Artigo 70.º do Decreto-lei n.º 448/79, de 13 de Dezembro - Estatuto da Carreira Docente Universitária).
Pessoal docente	Aquele que é portador de qualificação profissional, certificada pelo Ministério da Educação, para o desempenho de funções de educação ou de ensino com carácter permanente, sequencial e sistemático (Artigo 3.º do Decreto-lei n.º 312/99, de 10 de Agosto).
Profissão	<i>A profession is an occupation that requires extensive training and the study and mastery of specialized knowledge, and usually has a professional association, ethical code and process of certification or licensing. Examples are accounting, law, teaching, architecture, nursing, pharmacy, medicine, finance, the military, the clergy and engineering. Historically, the number of professions was limited: members of the clergy, medical doctors, and lawyers held the monopoly on professional status and on professional education, with military officers recognised as social equals. With the rise of technology and occupational specialisation in the 19th century, other bodies began to claim "professional" status: engineers, educationalists and even nurses, until today almost any occupational group can -- at least unofficially -- aspire to professional rank and cachet, and popular recognition. (http://en.wikipedia.org)</i>
<i>Professional development</i>	<i>Refers to vocational education with specific reference to continuing education of the person undertaking it in the area of employment, it may also provide opportunities for other career paths. (http://en.wikipedia.org)</i>
Regime de tempo integral	Entende-se por regime de tempo integral aquele que corresponde, em média, à duração semanal do trabalho para a generalidade dos trabalhadores da função pública. (Artigo 68.º do Decreto-lei n.º 448/79, de 13 de Dezembro - Estatuto da Carreira Docente Universitária).

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

Regime de tempo parcial	No regime de tempo parcial, o número total de horas de serviço semanal, incluindo aulas, sua preparação e apoios aos alunos, contratualmente fixado varia entre um mínimo de oito e o máximo de vinte e duas horas (Artigo 69.º do Decreto-lei n.º 448/79, de 13 de Dezembro - Estatuto da Carreira Docente Universitária).
Unidades curriculares	<p>A categorização das unidades curriculares obedece à seguinte topologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Unidades curriculares <i>básicas</i>, correspondentes à garantia de suporte cultural e científico necessário à prossecução dos objectivos do curso e respectivo enquadramento num domínio consolidado do saber; – Unidades curriculares <i>estruturantes</i>, correspondentes à orientação do curso para um domínio específico; – Unidades curriculares <i>instrumentais</i>, correspondentes ao apoio necessário à compreensão e articulação horizontal ou vertical das disciplinas anteriores; – Unidades curriculares <i>aplicadas</i>, correspondentes a exercícios de experimentação e aplicação dos conhecimentos progressivamente adquiridos, em contexto real ou simulado. <p>As unidades curriculares <i>básicas</i>, logo seguidas pelas <i>estruturantes</i>, caracterizam o ensino universitário; As unidades curriculares <i>estruturantes</i> e as <i>aplicadas</i>, caracterizam o ensino politécnico.</p> <p>(SIMÃO, José Veiga, SANTOS, Sérgio, COSTA, António, 2005 : 73)</p>
Vocational education	<i>Related to specific skills, usually tied to immediacy of getting or retaining employment..</i> (http://en.wikipedia.org)

APÊNDICE 1 – REQUISITOS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

A existência de uma dicotomia no ensino superior, contemplando as vertentes do ensino universitário e do ensino politécnico estará longe de ser consensual naquilo que é o reconhecimento público com alguns autores a conferir mais importância a um do que a outro e sem perspectivar a sua complementaridade. Importará pois que qualquer um deles seja detentor de dignidade institucional e académica bem como se caracterizem por idêntico rigor e qualidade. Neste contexto releva-se a definição dos requisitos a observar pelos diferentes tipos de ensino, infra reproduzidos, estabelecidos pela Lei n. 1/2003, de 6 de Janeiro.

REQUISITOS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

ENSINO UNIVERSITÁRIO	ENSINO POLITÉCNICO
Ministrem cursos em áreas científicas distintas.	Ministrem cursos de diferentes áreas científicas.
Disponham de um número mínimo de docentes qualificados com o grau de doutor, adequados à natureza dos cursos e graus, nomeadamente para orientar mestrados e doutoramentos e integrar júris de provas de agregação.	Disponham de um número mínimo de docentes qualificados com os graus e qualificações consideradas relevantes, adequadas à natureza dos cursos e graus a ministrar.
Disponham de instalações com a qualidade e dignidade exigíveis à ministração de ensino universitário, nomeadamente bibliotecas e laboratórios adequados à natureza dos cursos.	Disponham de instalações com a qualidade e dignidade exigíveis à ministração de ensino politécnico, nomeadamente bibliotecas e laboratórios adequados à natureza dos cursos.
Desenvolvam actividades relevantes no campo do ensino e da investigação, bem como na criação, difusão e transmissão da cultura.	Desenvolvam actividade no campo do ensino e da investigação aplicada.
Prestem serviços à comunidade, assumindo indiscutível relevância social.	Prestem serviços à comunidade, assumindo indiscutível relevância social.

Daqui resulta igualmente a necessidade de acautelar a coexistência entre os dois sistemas em vigor no quadro jurídico do ensino superior nacional, de forma a que seja assegurada e preservada a vocação institucional dos estabelecimentos de ensino existentes ou a criar, a sua complementaridade bem como a economia institucional, quando considerada uma determinada região geográfica ou área de conhecimento. Mas um elemento fundamental que se considera dever preservar acima de tudo será a exigência qualitativa num contexto nacional.

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

APÊNDICE 2 - ELEMENTOS COMPARATIVOS DO ENSINO SUPERIOR (DEC 2002 / DEC 2005)

ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO SUPERIOR	Doutor		Mestre		Licenciado		Total		Nr de alunos		Doutores em regime de tempo integral		Rácio doutor/aluno		Rácio doutor/aluno (tempo integral)	
	Dec 02	Dec 05	Dec 02	Dec 05	Dec 02	Dec 05	Dec 02	Dec05	Dec 02	Dec 05	Dec 02	Dec 05	Dec 02	Dec 05	Dec 02	Dec 05
ACADEMIA MILITAR	18	20	24	36	77	61	119	117	615	674	11	16	1/34	1/34	1/56	1/42
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	23	28	4	8	24	22	51	58	182	231	2	1	1/8	1/7	1/91	1/231
ESCOLA NAVAL	15	16	16	18	37	33	68	50	240	277	2	3	1/16	1/18	1/120	1/93
INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	659	739	141	91	94	103	894	933	8364	10079	647	702	1/13	1/14	1/13	1/15
FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	115	108	20	23	132	153	267	284	1250	1786	99	94	1/11	1/17	1/13	1/19

NOTA:

Neste quadro os elementos relativos a 2002 são retirados do Trabalho de Investigação de Longa Duração: “A carreira docente militar; sua necessidade e implicações para o Exército”, p.36, do Major Inf. “CMD” Almeida LUÍS (2003); os elementos respeitantes a 2005 foram recolhidos do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (lista de Pessoal Docente ao abrigo do Decreto-lei n.º 15/96, de 6 de Março), que se encontra disponível na internet em: <<http://www.rebides.oces.mces.pt>>. Não se conhecendo com exactidão os critérios presentes no tratamento da informação relativa a 2002, afigura-se pertinente referir no que respeita a 2005 que, no número de doutorados, foram incluídos todos os que, sendo Doctors of Philosophy (PhD), se encontravam identificados com a categoria de “Professor Catedrático”, bem como o conceito de “tempo integral” foi extensível a todos os que se encontravam no regime de “dedicação exclusiva”.

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

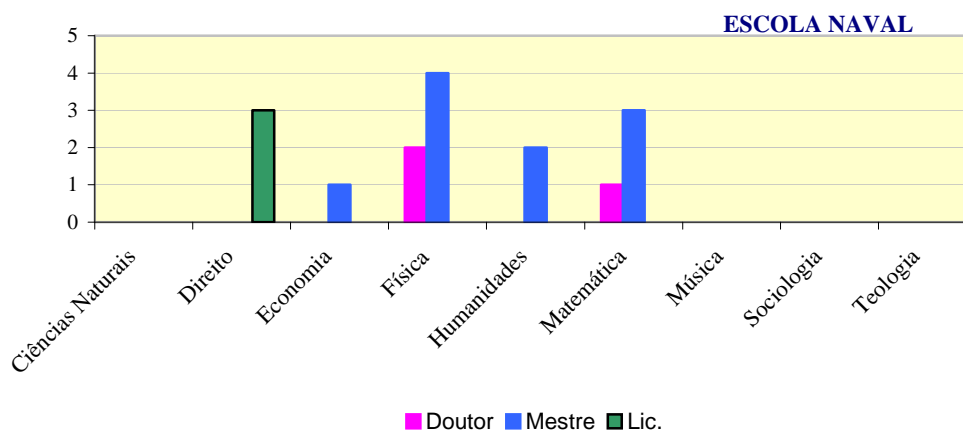
APÊNDICE 3 – CARACTERIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE DOS EMES (2005)

ESCOLA NAVAL	CURSO
	Marinha
	Engenheiros Mecânicos
	Engenheiros Armas e Electrónica
	Administração Naval
	Fuzileiros
	Medicina

ÁREA / ESPECIALIZAÇÃO	GRAUS ACADÊMICOS	ESCOLA NAVAL
Engenharia Informática	Doutor	
Físico - Química		
Navigation Technology	Mestre + PhD	
Oceanografia Física	Mestre	
Arquitectura Naval		
Automação		
Comportamento Organizacional		
Electrical Engineering		
Electrónica Industrial e Automação		
Estatística e Gestão da Informação		
Gestão de Empresas		
Probabilidades e Estatística		
Direito	Licenciado	
Medicina		

	Doutor	Mestre	Lic.
Ciências Naturais			
Direito			3
Economia		1	
Engenharia/Física	2	4	
Humanidades		2	
Matemática	1	3	
Música			
Sociologia			
Teologia			
TOTAL	3	10	3

Os elementos junto, relativos à Escola Naval, colocam em evidência a concentração de doutorados e mestres na área das Engenharias e Matemáticas. Das áreas de especialização consideradas, com excepção da Navigation Technology, não se infere qualquer incompatibilidade com idênticas áreas do saber inerentes a outros estabelecimento de ensino superior público, não se lhes identificando qualquer especificidade militar.



NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

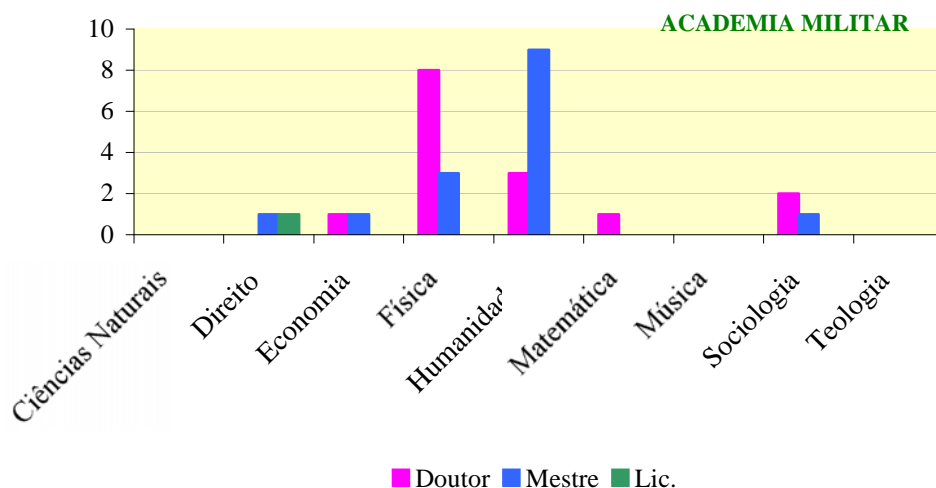
ACADEMIA MILITAR	CURSO	ÁREA / ESPECIALIZAÇÃO	GRAUS ACADÊMICOS	ACADEMIA MILITAR
	Infantaria	Antropologia Social	Doutor	
		Comunicação		
		Economia		
		Engenharia Civil		
	Artilharia	Engenharia Electrotécnica		
		Engenharia e Gestão Industrial		
		Engenharia de Minas		
		Física		
	Cavalaria	Físico - Químico		
		História Moderna		
		Matemática		
		Relações Internacionais		
	Engenharia	Sociologia		
		Física	PhD	
		Ciências Empresariais	Mestre	
		Direito, Ciências Jurídicas		
	Transmissões	Educação Física		
		Engenharia Electrotécnica e Computadores		
		Engenharia Mecânica		
		Estudos Alemães		
	Administração Militar	Estudos Americanos		
		Estratégia		
		Geografia		
		Geografia Humana		
	Material	Gestão da Formação Desportiva		
		Gestão da Informação		
		História Moderna		
		Museologia		
		Direito	Licenciado	
		Medicina		
	Farmácia			
Veterinária				

	Doutor	Mestre	Lic.
Ciências Naturais			
Direito		1	1
Economia	1	1	
Engenharia/Física	8	3	
Humanidades	3	9	
Matemática	1		
Música			
Sociologia	2	1	
Teologia			
TOTAL	15	15	1

Os elementos junto, relativos à Academia Militar, colocam em evidência a concentração de doutorados e mestres na área da Engenharias e das Humanidades. Das áreas de especialização consideradas, não se infere qualquer incompatibilidade com idênticas áreas do saber inerentes a outros estabelecimento de ensino superior público, não se lhes identificando qualquer especificidade militar.

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar



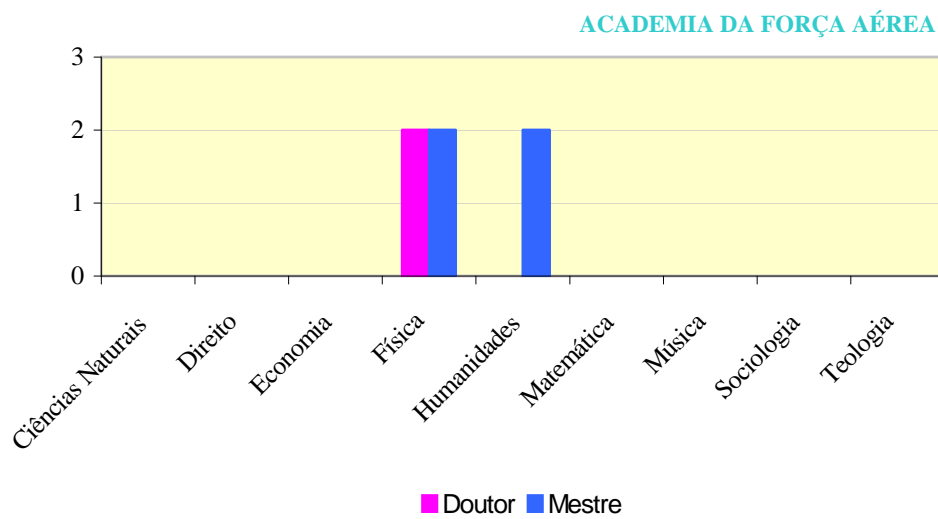
ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	CURSO		ÁREA / ESPECIALIZAÇÃO	GRAUS ACADÉMICOS	ACADEMIA DA FORÇA AÉREA
	Pilotagem Aeronáutica		Engenharia Aeroespacial	Doutor	
	Engenheiros Aeronáuticos		Engenharia Mecânica	PhD	
	Engenheiros Electrotécnicos		Engenharia Electrónica e Computadores	Mestre	
	Engenheiros de aeródromos		História Contemporânea		
	Administração Aeronáutica		Posicionamento e Navegação por Satélite		
			Sistemas Sócio-Organizacionais da Actividade Económica		
	Medicina		Medicina	Licenciado	

	Doutor	Mestre	Lic.
Ciências Naturais			
Direito			
Economia			
Engenharia/Física	2	2	
Humanidades		2	
Matemática			
Música			
Sociologia			
Teologia			
TOTAL	2	4	0

Os elementos junto, relativos à Academia da Força Aérea, colocam em evidência a concentração de doutorados e mestres na área da Engenharias. Das áreas de especialização consideradas, com excepção da “Posicionamento e Navegação por Satélite”, não se infere qualquer incompatibilidade com idênticas áreas do saber inerentes a outros estabelecimento de ensino superior público, não se lhes identificando qualquer especificidade militar.

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar



NÃO CLASSIFICADO
A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

APÊNDICE 4– REQUISITOS DO ENSINO SUPERIOR APLICADO AOS EMES. COMPARAÇÃO

		ESCOLA NAVAL	ACADEMIA MILITAR	ACADEMIA FORÇA AÉREA		
E N S I N O U N I V E R S I T Á R I O	cursos em áreas científicas distintas	Sim	Sim	Sim	cursos em áreas científicas distintas	E N S I N O P O L I T É C N I C O
	número mínimo de docentes qualificados com o grau de doutor, adequados à natureza dos cursos e graus	Sim	Sim	Não	número mínimo de docentes qualificados com os graus e qualificações consideradas relevantes, adequadas à natureza dos cursos e graus	
	orientar mestrados e doutoramentos	Sim	Sim	Sim		
	integrar júris de provas de agregação	Sim	Sim	Sim		
	instalações com a qualidade e dignidade	Sim	Sim	Sim	instalações com a qualidade e dignidade exigíveis à ministração de ensino politécnico	
	bibliotecas e laboratórios adequados à natureza dos cursos	Sim	Sim	Sim	bibliotecas e laboratórios adequados à natureza dos cursos	
	desenvolvimento de actividades relevantes no campo do ensino e da investigação	Reduzida	Reduzida	Reduzida	desenvolvimento de actividades no campo do ensino e da investigação aplicada	
	criação, difusão e transmissão da cultura	Reduzida	Reduzida	Reduzida		
	prestem serviços à comunidade, assumindo indiscutível relevância social	Sim	Sim	Sim	prestem serviços à comunidade, assumindo indiscutível relevância social	

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

APÊNDICE 5 - QUADRO COMPARATIVO DA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS

		IDADE	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45 a 62
		POSTOS	GM / ALF	2TEN / TEN				1TEN / CAP					MAJ/ CTEN			CFR / TCOR				CMG / COR		OF.GEN.				
MAR	Curso da EN Duração 4 anos		Curso de Especialização* Duração 1 ano										CPOS								CCNG			CPOG		
EXÉ	Curso da AM Duração 5 anos		Formação Escola Prática				Curso Promoção a Capitão						CPOS		CEM									CPOG		
FA	Curso da AFA ** Duração 5 anos				Curso Promoção a Capitão								CPOS		CEM									CPOG		

* A frequência ocorre normalmente em 2TEN

** Os alunos do 3º ano frequentam um curso de piloto nos EUA sendo graduados em Alferes

Nota: Para o desenvolvimento da carreira foi considerado o tempo mínimo de permanência nos postos

APÊNDICE 6 – O PROCESSO DE BOLONHA. MODELOS DE FORMAÇÃO

O Processo de Bolonha, consubstanciado nos objectivos de formação a desenvolver através de ECTS está a induzir uma nova forma de organização do ensino, com ênfase no aluno e nos procesos de aprendizagem estes muito orientados para a estrutura curricular, devendo contudo ser evitadas a estruturas que resultem de opções de “copy and past”. Das diferentes possibilidades de implementação do processo de Bolonha no que diz respeito aos possíveis modelos, afigura-se ser de considerar os seguintes:

1. O Modelo “3 + 2”

Este modelo pressupõe que todos os oficiais que se inscrevam nos EMES e venham a ser integrados nas forças armadas sejam detentores do grau académico de mestrado. Este modelo não é diferente da situação que actualmente caracteriza o ensino na AM e AFA e do modelo perfilhado por aquelas academias. Apresentando como principal vantagem o facto de assegurar a manutenção do *status quo*, identificam-se contudo algumas desvantagens, das quais se destaca: na medida em que a estrutura curricular não conhecer qualquer alteração, o que se verificará é uma conversão directa da actual licenciatura em mestrado, isto é, um desvio do objectivo de excelência estabelecido; a licenciatura em ciências militares, não conferindo a possibilidade de prosseguir a carreira militar, não encontra aplicação directa no mercado de trabalho; o grau de mestrado, quando comparado com a licenciatura, não constitui garantia de um desempenho ¹, sobretudo no contexto de funções de execução, em conformidade com os padrões militares.

A adopção deste modelo coloca ainda um conjunto de questões às quais se afigura pertinente encontrar a resposta, e que são as seguintes: Estará a gestão do pessoal militar preparada para, ainda durante o período de formação inicial de um oficial, proceder à sua orientação para um determinado mestrado, em função das necessidades que se prevê venha a ser confrontada, digamos passados quinze anos? Será que se assume que todos os oficiais sejam mestres em ciências militares, o que se poderá configurar como uma inutilidade e potenciar a não diferenciação? A instituição

¹ Exercício da função de Comando (em tempo de paz, também, mas, fundamentalmente em tempo de guerra ou crise), do sentido do dever, da disciplina, da camaradagem e do espírito de sacrifício, a par com outras competências que só o treino militar consegue transmitir.

militar, ao protagonizar uma modalidade de ensino que apenas se ajusta às suas necessidades, não continuará a manter o isolamento que a tem caracterizado?

2. O modelo “3 + 2” mod.

Este modelo caracteriza-se essencialmente pelo facto de o período dedicado à realização do mestrado ser posterior ao ingresso nos quadros permanentes, ocorrendo enquanto oficial subalterno. O modelo em apreciação, relativamente ao anterior, apresenta algumas vantagens como sejam: é mais flexível, permitindo a utilização mais cedo do oficial por parte da instituição militar; permite a intervenção do oficial na escolha da área do mestrado, a qual podendo não ser em ciências militares, poderá vir a ser obtida em instituições de ensino superior públicas ou privadas; introduz um maior factor de fidelização. Reconhecem-se todavia algumas vulnerabilidades, entre as quais sobressai a relativa escassez de tempo disponível para uma formação militar, a qual teria de ser complementada no período pós-formação inicial. O modelo em apreço continua a não responder a todas as questões suscitadas anteriormente.

3. O modelo “4 + 1”

Trata-se de um modelo que, na realidade, tem uma duração de onze semestres. Constitui-se como uma variante ao modelo “3 + 2” em que o período dedicado à formação inicial, sendo mais alargado, permite configurar a estrutura curricular, conferindo um enfoque especial na componente da formação militar. Esta é, aliás, a sua primordial vantagem relativamente aos modelos precedentes. Em nossa opinião, o modelo continua a não responder plenamente a todas as questões anteriormente formuladas, mantendo-se todos os inconvenientes identificados no modelo “3 + 2”.

4. O Modelo “4 + 1” mod.

Este modelo constitui-se como uma variante ao modelo “3 + 2” mod. Mantendo-se, no essencial, as questões suscitadas, apresenta como vantagens, no que respeita à formação militar inicial, as do modelo “4 + 1”.

5. O Modelo “5 + 0”

Este modelo, com uma duração de formação consecutiva de dez semestres, pode ser considerado uma variante ao Modelo “3 + 2”. Caracteriza-se sobretudo pelo seu carácter integrado, ou seja, a sua estrutura curricular tem que ser ponderada em termos de conjunto, como um todo, sendo que o grau académico que concede é o de mestre, muito embora conceda um diploma intermédio correspondente à licenciatura. Destina-se fundamentalmente a satisfazer o universo de algumas das ordens profissionais que requerem este tipo de formação.

6. O Modelo “X + 1 + 1”

O modelo em apreço constitui-se como o modelo de diferenciação, em que os EMES, ainda que desempenhando uma função relevante ao longo de todo o processo, assumem uma maior preponderância apenas no segundo ciclo de estudos e constituir-se-iam como estabelecimentos de ensino superior de cariz essencialmente profissionalizante, altamente especializado em áreas de natureza militar. O modelo desenvolver-se-ia em duas vertentes:

– Primeira:

Primeiro ciclo de estudos: com base na manifestação de vontade, o potencial candidato à instituição militar ², ao terminar o ciclo correspondente ao ensino secundário contratualizaria a sua adesão a área de licenciatura a escolher seria resultado de um acordo entre o candidato e a instituição; nos períodos de férias escolares os candidatos frequentariam, no EMES correspondente, aulas de instrução militar básica. Como medida complementar, função das necessidades identificadas pela instituição militar em áreas críticas ou com pouca adesão, poderiam ser admitidos os licenciados que, mesmo sem a contratualização referida anteriormente, manifestassem vontade de aderir às Forças Armadas.

– Segunda:

Segundo ciclo de estudos (Primeira Parte): Com a duração de dois semestres, esta fase constituir-se-ia como uma formação elementar técnico-militar específica a ministrar de forma intensiva pelos EMES correspondentes. Os

² Como em todos os contratos as partes teriam responsabilidades mútuas havendo que identificar os correctos termos em que seria redigido

alunos nestas condições teriam o posto de cadetes e beneficiariam de estatuto semelhante ao actual. Tendo obtido aprovação nesta fase, seriam promovidos a Aspirante e integrados em unidades operacionais a fim de completarem “on job” a sua formação técnico-militar. No final de um ano, e depois de sujeitos a uma avaliação de desempenho, seriam admitidos nos quadros permanentes;

Segundo ciclo de estudos (Segunda Parte): Esta segunda parte ocorreria em data a ajustar com o competente órgão de gestão de pessoal, função dos requisitos da instituição militar, mas também em conjugação com os interesses do próprio e teria como objectivo a obtenção do grau académico de mestrado. Este grau poderia incidir numa área de cariz militar ou outra, sendo frequentada nos EMES ou na universidade pública mais adequada. A satisfação desta valência, a obter desejavelmente até à promoção a oficial superior, constituir-se-ia como requisito para o desempenho de cargos da comando, direcção ou chefia da estrutura superior dos ramos.

NÃO CLASSIFICADO
A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

APÊNDICE 7 – CATEGORIAS DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

Os aspectos relativos ao corpo docente dos estabelecimentos de ensino superior são uma questão fulcral no que respeita à qualidade exigível aos mesmos. Estes docentes, que integram a administração pública, regula-se por um estatuto próprio o qual prevê as categorias identificadas no seguinte quadro:

CARREIRA DOCENTE UNIVERSITÁRIA

GRAU ACADÉMICO	CATEGORIA	
Doutor	Professor	Professor Catedrático
		Professor Associado
		Professor Auxiliar
Mestre	Assistente	Assistente
Licenciado		Assistente Auxiliar

Nota: Além destas categorias, podem ainda ser contratadas como docentes, individualidades de reconhecida competência, nacionais ou estrangeiras, sendo designadas por professor convidado, assistente convidado ou leitor. Quando se trate de um professor de um estabelecimento de ensino universitário estrangeiro a designação é de “professor visitante”.

APÊNDICE 8 – REQUISITOS PARA A ACREDITAÇÃO

No sistema preconizado para o ensino superior o conceito de acreditação académica, que visa o reconhecimento oficial de estabelecimentos e dos graus conferidos face a parâmetros de qualidade e relevância, assume primordial importância em todo o contexto em análise. Sendo certo que este processo não deverá tornar-se num exemplo de enorme burocracia e conduzir a estruturas complexas de apreciação e decisão de processos, releva-se os requisitos que se encontram estabelecidos para a atribuição dos diferentes graus académicos.

REQUISITOS PARA A ACREDITAÇÃO

CONDIÇÕES	GRAUS	REQUISITOS
GERAIS		Um projecto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objectivos fixados para esse ciclo de estudos
		Um corpo docente próprio, qualificado na área em causa e adequado em número
		Os recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços lectivos, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados
ESPECIAIS	MESTRE	Que o corpo docente que assegura o seu funcionamento seja constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes dessa especialidade
		Que o estabelecimento de ensino desenvolva actividade reconhecida de formação e investigação ou de desenvolvimento de natureza profissional de alto nível, nas áreas científicas integrantes dessa especialidade
	DOUTOR	A existência de recursos humanos e organizativos próprios necessários à realização de investigação nas áreas científicas integrantes desse ramo do conhecimento ou especialidade
		Que o corpo docente que assegura o seu funcionamento seja constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor nas áreas científicas integrantes desse ramo do conhecimento ou especialidade
		Que a universidade possua, por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em determinadas instituições científicas, uma experiência acumulada de investigação sujeita a avaliação e concretizada numa produção científica e académica relevantes nas áreas científicas integrantes desse ramo do conhecimento ou especialidade

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

APÊNDICE 9 - QUADRO DE PROFESSORES (DEC 2005)

EMESU	Doutor		Mestre		Licenc.		Tempo Parcial												Alunos
	Civis	Mil.	Civis	Mil.	Civis	Mil.	17%	20%	25%	33%	40%	42%	50%	58%	60%	67%	70%	Cooperação	
ESCOLA NAVAL	14	2	5	13	2	31	Doutor-1 Licenc.-1		Doutor-9 Mestre-3	Doutor-3 Mestre-2			Mestre-1					Licenc.-1	277
ACADEMIA MILITAR	17	3	18	18	28	33		Mestre-1			Mestre-1 Licenc.-2		Mestre-2 Licenc.-2		Doutor-1 Mestre-1 Licenc.-6			Doutor-3 Mestre-12 Licenc.-9	674
ACADEMIA FORÇA AÉREA	28	1	4	4	14	8	Doutor-1 Licenc.-1		Doutor-4 Mestre-1 Licenc.-2	Doutor-9 Licenc.-4		Doutor-11 Mestre-2 Licenc.-1	Doutor-1 Mestre-1 Licenc.-5	Doutor-1			Licenc.-1		231

⇒ **Cálculo do quantitativo total de professores (ler: total; 1/3doutores; 2/3mestres) necessários:**

- Na Escola Naval (4 anos): 8; 3; 5 - Na Escola Naval (5 anos): 9; 3; 6
- Na Academia Militar (5 anos): 19; 7; 12
- Na Academia da Força Aérea: 9; 3; 6
- Considerando o conjunto dos EMESU (5 anos): 31; 11; 20

⇒ **Estimativa de necessidades de professores militares (ler: total; 1/6doutores + 1/3mestres) das áreas técnico-científicas:**

- Na Escola Naval (4 anos): 4; 2; 2 - Na Escola Naval (5 anos): 5; 2; 3
- Na Academia Militar (5 anos): 10; 4; 6
- Na Academia da Força Aérea (5 anos): 5; 2; 3
- Considerando o conjunto dos EMESU (5 anos): 16; 6; 10

Nota: A estimativa de necessidades de professores das áreas técnico-científicas foi efectuada considerando um factor de 1:2

Fórmula de Cálculo:

- $Nr \text{ alunos} < 50 \times n = 1,5 \times n$
- $Nr \text{ alunos} > 50 \times n = (1,5 \times n) + [n \text{ por cada mais 200 alunos}]$

sendo n = número anos curriculares

NÃO CLASSIFICADO
A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

APÊNDICE 10 - CARREIRA DOCENTE MILITAR

ANOS	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59						
1/2	GM	2TEN				1TEN				CTEN				CFR				CMG				OFICIAL GENERAL																						
3/4									ALF	TEN				CAP				MAJ				TCOR				COR				OFICIAL GENERAL														
5/6																					GM	2TEN				1TEN				CTEN				CFR				CMG						
EN																																												
P1/2					Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																																			
P3/4												Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																												
P5/6																					Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																			
AM																																												
P1/2					Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																																			
P3/4					Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																																			
P5/6												Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																												
P7/8												Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																												
P9/10																					Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																			
P11/12																					Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																			
AFA																																												
P1/2					Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																																			
P3/4												Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																												
P5/6																					Preparação Doutorado				DOCÊNCIA																			

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

APÊNDICE 11 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE BOLONHA EM ESPANHA

1. Quadros e Classes existentes

MARINHA ESPANHOLA

(QUADROS E CLASSES)

CUERPOS \ ESCALAS	SUPERIOR DE OFICIALES	DE OFICIALES	DE SUBOFICIALES
GENERAL	✓	✓	--
INFANTERÍA DE MARINA	✓	✓	✓
INTENDENCIA	✓	--	--
INGENIEROS	✓	✓	--
ESPECIALISTAS	--	✓	✓
EMPLEOS	Alf. de Navío a Almirante o Teniente a Gral. de División	Alf. de Fragata a Cap. de Fragata o Alférez a Tte. Coronel	Sargento a Suboficial Mayor

2. Forma de acesso e duração do ensino militar básico

MARINHA ESPANHOLA

(ACESSO VS ENSINO)

		FORMA DE ACCESO, PROCEDENCIA Y DURACIÓN DE LA ENSEÑANZA			
CUERPO	ESCALA	AD/ST	PI	PI/TUS	AD/TUM
GENERAL	SUPERIOR DE OFICIALES	5 años	2 años (EO)	2 años (MC)	--
	OFICIALES	3 años	2 años (MC)	--	2 años
INF. MARINA	SUPERIOR DE OFICIALES	5 años	2 años (EO)	2 años (MC)	--
	OFICIALES	3 años	2 años (SUB)	--	2 años

NÃO CLASSIFICADO
A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

MARINHA ESPANHOLA

(ACESSO VS ENSINO)

		FORMA DE ACCESO, PROCEDENCIA Y DURACIÓN DE LA ENSEÑANZA			
CUERPO	ESCALA	AD/ST	PI	PI/TUS	AD/TUM
INTENDENCIA	SUPERIOR DE OFICIALES	--	1 año (MC)	1 año	--
INGENIEROS	SUPERIOR DE OFICIALES	--	--	1 año	--
	OFICIALES			(1)	
ESPECIALISTAS	OFICIALES	--	2 años (SUB)	--	2 años (MC)

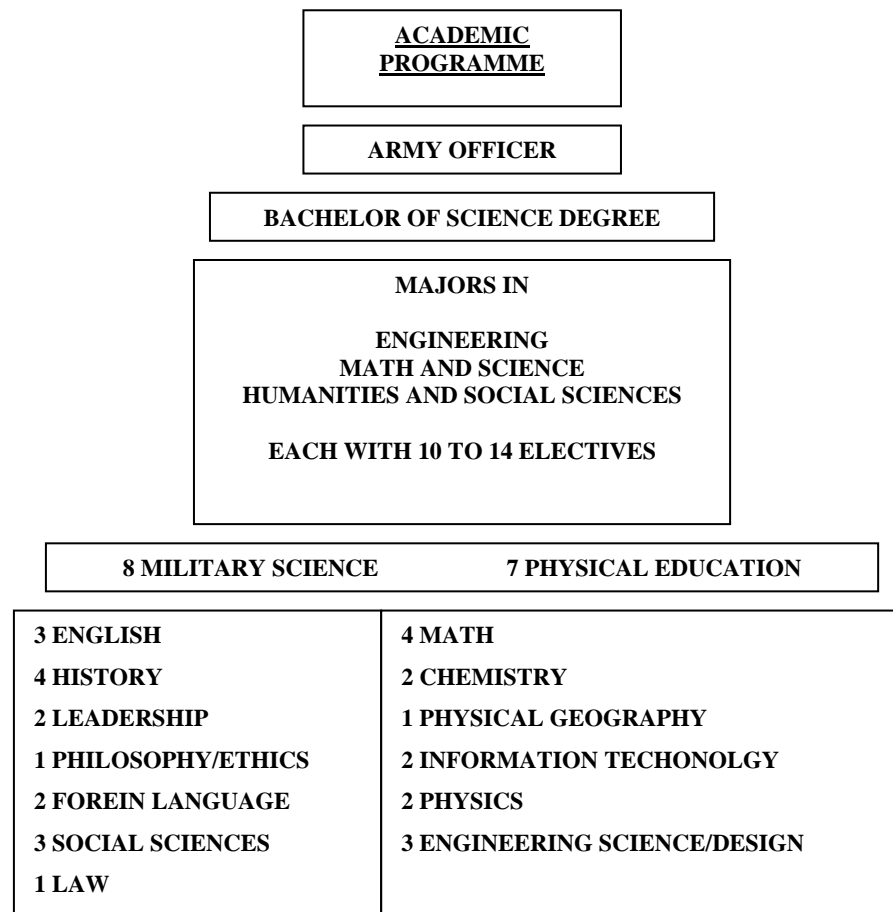
Legenda:

AD - Acceso Directo; ES - Escala Superior de Oficiales; ST - Sin Titulación Universitaria; EO - Escala de Oficiales; PI - Promoción Interna; SUB - Escala de Suboficiales; TUS - Titulación Universitaria Superior; MC - Militares de Complemento; TUM - Titulación Universitaria Media; (1) - Un cuatrimestre en la E.N.M. y el resto en la Escuela de Ingenieros de Armas Navales

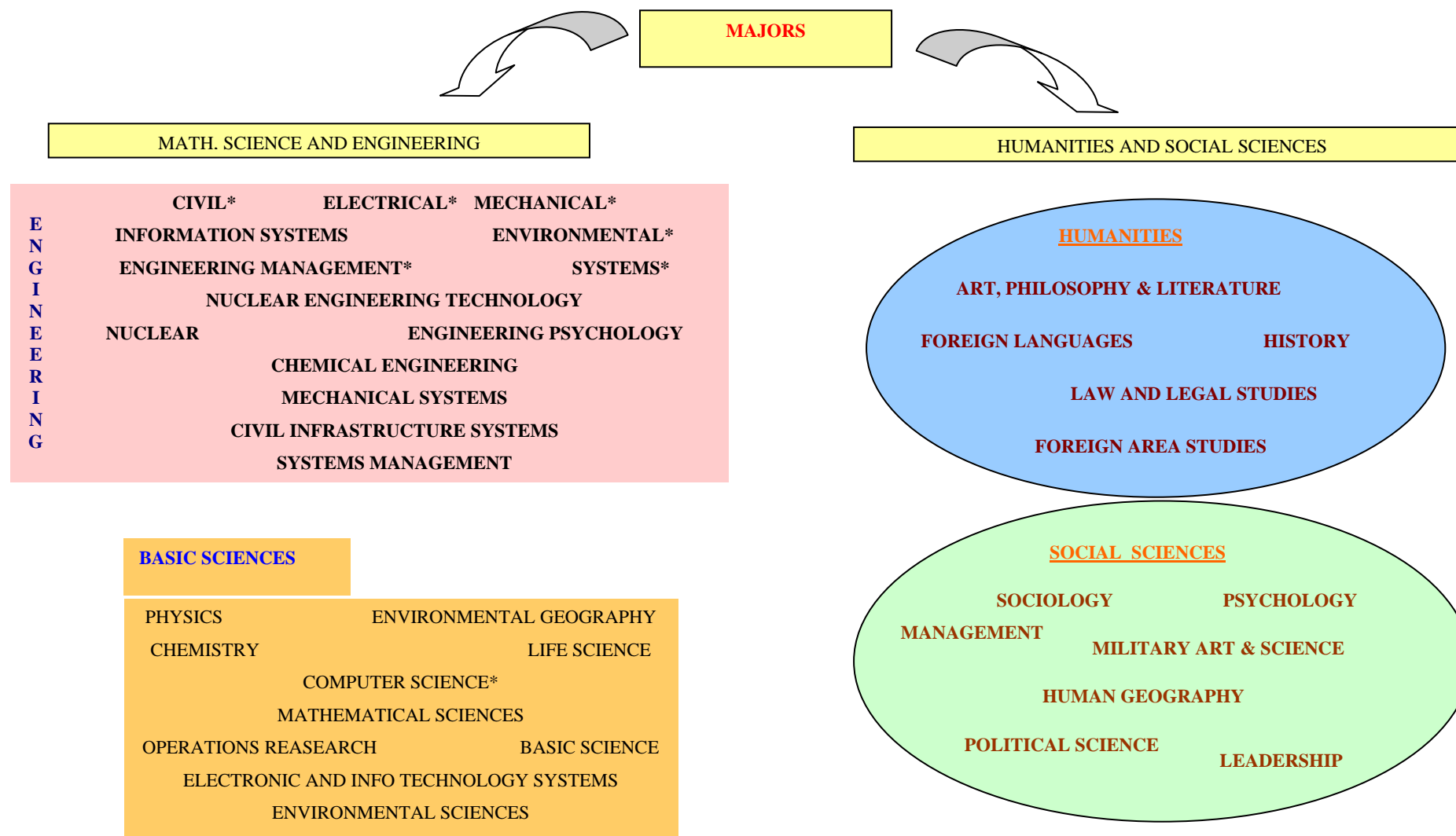
NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

APÊNDICE 12 - PROGRAMA ACADÊMICO DE WEST POINT



NÃO CLASSIFICADO
A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar



* CERTIFICADOS

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

ANEXO ALFA - GRAUS ACADÉMICOS. ANÁLISE AO DECRETO-LEI N.º
74/2006, DE 24 DE MARÇO

1. No que respeita ao diploma que estabelece as normas de atribuição dos graus académicos, releva-se que no ensino politécnico são conferidos os graus académicos de licenciado e de mestre, enquanto no ensino universitário são conferidos os graus académicos de licenciado, mestre e doutor (artigo 4.º - Graus académicos).
2. O grau de licenciado é conferido aos que, através da aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de licenciatura, tenham obtido o número de créditos fixado (artigo 11.º - Concessão do grau de licenciado).
3. Só podem conferir o grau de mestre numa determinada especialidade (n.º 2 do artigo 16.º - Atribuição do grau de mestre) os estabelecimentos de ensino superior que, nas áreas científicas integrantes da formação a ele conducente:
 - a. Disponham de um corpo docente próprio qualificado e adequado em número, cuja maioria seja constituída por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional;
 - b. Disponham dos recursos humanos e materiais indispensáveis a garantir o nível e a qualidade da formação adquirida; e
 - c. Desenvolvam actividade reconhecida de formação e investigação ou de desenvolvimento de natureza profissional de alto nível.
4. No ensino universitário (n.º 3 do artigo 18.º - Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre), o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar que o estudante adquira uma especialização de natureza académica com recurso à actividade de investigação, de inovação ou de aprofundamento de competências profissionais.
5. No ensino politécnico (n.º 4 do artigo 18.º - Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre), o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional.
6. Só podem conferir o grau de doutor (artigo 29.º - Atribuição do grau de doutor) numa determinada área, as universidades que:

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

- a. Disponham de um corpo docente próprio, qualificado nessa área, cuja maioria seja constituída por titulares do grau de doutor, e dos demais recursos humanos e materiais que garantam o nível e a qualidade da formação adquirida;
 - b. Demonstrem possuir, nessa área, os recursos humanos e organizativos necessários à realização de investigação; e
 - c. Demonstrem possuir, por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em determinadas instituições científicas, uma experiência acumulada de investigação sujeita a avaliação e concretizada numa produção científica e académica relevantes nessa área.
7. São requisitos gerais para a acreditação (n.º 1 do artigo 57.º - Requisitos para a acreditação) de um ciclo de estudos:
 - a. Um projecto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objectivos fixados para esse ciclo de estudos;
 - b. Um corpo docente próprio, qualificado na área em causa, e adequado em número; e
 - c. Os recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços lectivos, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados.
8. São requisitos especiais para a acreditação (n.º 2 do artigo 57.º) de um ciclo de estudos conducente ao grau de mestre numa determinada especialidade:
 - a. Que o corpo docente que assegura o seu funcionamento seja constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes dessa especialidade;
 - b. Que o estabelecimento de ensino desenvolva actividade reconhecida de formação e investigação ou de desenvolvimento de natureza profissional de alto nível, nas áreas científicas integrantes dessa especialidade.
9. São requisitos especiais para a acreditação (n.º 3 do artigo 57.º) de um ciclo de estudos conducente ao grau de doutor num determinado ramo do conhecimento ou especialidade:

NÃO CLASSIFICADO

A Carreira Docente Militar no contexto da Reforma do Ensino Superior Militar

- a. A existência de recursos humanos e organizativos próprios, necessários à realização de investigação nas áreas científicas integrantes desse ramo do conhecimento ou especialidade;
- b. Que o corpo docente que assegura o seu funcionamento seja constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor nas áreas científicas integrantes desse ramo do conhecimento ou especialidade; e
- c. Que a universidade possua, por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em determinadas instituições científicas, uma experiência acumulada de investigação sujeita a avaliação e concretizada numa produção científica e académica relevantes nas áreas científicas integrantes desse ramo do conhecimento ou especialidade.

ANEXO BRAVO – DECLARAÇÃO DE BOLONHA. EXTRATOS

Declaração Conjuntados Ministros Europeus de Educação reunidos em Bolonha em 19 de Junho de 1999 (Extratos)

[...]

Reconhece-se hoje, amplamente que a Europa do Conhecimento constitui factor insubstituível para o crescimento humano e social, sendo componente indispensável para a consolidação e para o enriquecimento da cidadania europeia, capaz de fornecer aos seus cidadãos as necessárias competências para encarar os desafios do novo milénio, bem como desenvolver a consciência de valores partilhados e relativos a um espaço comum, social e cultural.

A importância tanto da educação como da cooperação no desenvolvimento e no reforço de sociedades estáveis, pacíficas e democráticas é universalmente reconhecida como da maior importância, sobretudo em vista da situação do sudeste europeu.

A declaração da Sorbonne, a 25 de Maio de 1988, que foi sustentada por estas considerações, sublinhou o papel fundamental das universidades no desenvolvimento das dimensões culturais europeias. Acentuou a criação do espaço europeu do Ensino Superior como a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, para além do desenvolvimento geral de todo o continente.

[...]

Ao mesmo tempo que se afirma o nosso apoio aos princípios gerais estabelecidos pela Declaração da Sorbonne, comprometemo-nos a coordenar as nossas políticas de modo a conseguir, a breve trecho, e, em todo o caso, na primeira década do terceiro milénio, os objectivos que se seguem, e que estimamos ser de primordial relevância, de forma a estabelecer-se o espaço europeu do Ensino Superior e a promover o sistema europeu do Ensino Superior em todo o mundo:

[...]

- Adopção de um sistema essencialmente baseado e dois ciclos principais, o graduado e o pós-graduado
- O estabelecimento de um sistema de créditos designados por European Credit Transfer System (ECTS) em que 60 (sessenta) créditos representam o volume de trabalho de um ano e 30 (trinta) créditos corresponde a um semestre;
- Adopção de um sistema baseado em dois ciclos. O primeiro conferirá o grau de licenciatura e terá a duração de seis ou oito semestres, equivalentes a 180 e 240 ECTS, respectivamente; o segundo, que conduzirá ao grau de mestre e terá a duração de três ou quatro semestres de trabalho, equivalentes a 90 e 120 ECTS, respectivamente. O grau de doutor encontra-se incluído neste segundo ciclo de estudos, sendo que só se podem candidatar ao doutoramento quem, entre outras condições, detenha o grau de mestre;
- Adopção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação, como forma de promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior;
- Promoção da mobilidade, ultrapassando obstáculos ao efectivo exercício da livre mobilidade, com particular atenção: aos estudantes, no acesso às oportunidades de estudo e formação, bem como serviços a correlativos; aos professores, investigadores e pessoal administrativo;
- Promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade;
- Promoção das necessárias dimensões europeias do Ensino Superior.

[...]